

[INTRODUÇÃO]

Os esquemas de rendimento mínimo, relativamente generalizados na Europa, são um dos actuais mecanismos de combate à pobreza e à exclusão social, que, na sua actual configuração, assentam no pressuposto da activação e individualização das políticas sociais. A sua implementação traduz-se numa preocupação dos Estados face à situação dos indivíduos e famílias em situação de pobreza e face à crescente visibilidade que os fenómenos da exclusão social adquirem, numa perspectiva de cidadania e justiça social.

Em Portugal, é criado o RMG em 1996, instituindo-se como um novo mínimo social, com o intuito de combater as formas mais extremas de pobreza e promover a autonomização e inserção social dos seus beneficiários. A sua implementação funda um novo patamar na rede de protecção social, universalizando a garantia a um mínimo de subsistência, segundo uma lógica de redistribuição de recursos e de solidariedade.

De acordo com dados do mês de Janeiro de 2009 do IAS, 359.041 indivíduos são beneficiários desta medida de política social, a nível nacional. Nos Açores, o número de beneficiários do RSI é de 17.678 pessoas, pelo que esta região é o distrito do país com maior percentagem de beneficiários face à população residente neste arquipélago em 2001 (7,31%). Apesar da taxa de pobreza ter diminuído nos Açores entre 1994 e 2005, esta continua a ser a região do país com maior incidência de pobreza, com 21,2% de taxa de risco de pobreza, tendo em consideração os rendimentos totais (Guerra e Antunes, 2009).

Embora existam algumas investigações sobre esta temática, nomeadamente quanto aos impactes do RMG/RSI (Branco, 2001; MSST, 2002; Guerra e Antunes, 2009), a análise dos processos biográficos e trajectórias de vida de antigos beneficiários é um aspecto pouco abordado, carecendo de maior investigação.

O objectivo geral deste estudo consiste em compreender, de um ponto de vista longitudinal, o impacte da medida de RSI nas trajectórias de inserção social e autonomização dos beneficiários. Deste modo, o percurso longitudinal de antigos

beneficiários desta medida no concelho de Ribeira Grande, ilha de São Miguel, constitui-se como o objecto de estudo. A escolha de Ribeira Grande prende-se com o facto deste ser o concelho dos Açores com maior percentagem de beneficiários face à população residente (14,13%) e o segundo concelho da região com maior percentagem de reingresso na medida (18,78%, face aos processos cessados), sendo a média nacional de 14,01%, face aos processos cessados. Por outro lado, o facto da mestranda desempenhar actividade profissional neste concelho e no âmbito desta medida, foi factor determinante para a escolha desta temática de investigação e deste concelho, em específico. Assim, pretende-se que a realização desta dissertação constitua um contributo para o conhecimento científico em Serviço Social e uma mais-valia para a actividade profissional da mestranda.

Quanto à estrutura do presente relatório de dissertação, no primeiro capítulo efectua-se o enquadramento teórico do tema de investigação, à luz dos fenómenos da pobreza e exclusão social, das políticas de inserção e dispositivos de acompanhamento social. No segundo capítulo, apresenta-se e justifica-se a estratégia metodológica desenvolvida, nomeadamente o enfoque e orientação da investigação e as técnicas de recolha e análise de dados. Posteriormente, no terceiro capítulo, apresentam-se e analisam-se os dados empíricos obtidos, a partir dos quais se tecem as considerações finais.

[CAPÍTULO 1]

O estudo longitudinal dos percursos de ex-beneficiários de RSI implica que esta abordagem biográfica se insira no âmbito de uma análise dos fenómenos da pobreza e exclusão social. Por outro lado, preconiza-se uma reflexão sobre as designadas políticas de inserção e dispositivos de acompanhamento social, no quadro dos processos de reconfiguração do Estado e do processo de individuação.

1.1 POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

As definições conceptuais dos fenómenos de pobreza e exclusão social não são lineares, na medida em que existem diversas abordagens sobre estes fenómenos, variando de acordo com o contexto social, político, histórico e com as diferentes tradições de investigação, dado que estamos face a “construções sociais” (Dubar, 1996; Diogo, 2007: 24). Adopta-se, no presente trabalho, uma perspectiva de análise da pobreza enquanto situação de privação por escassez de recursos (Capucha, 1998b; Costa (coord.), 2008; Diogo, 2007).

O conceito de exclusão social, encarado complementarmente ao conceito de pobreza, surge perante a crescente agudização da desigualdade entre os indivíduos que mobilizam os seus recursos, os seus capitais, no sentido da sua participação social e os que, perante uma situação de insuficiência desses recursos, se encontram impossibilitados de o fazer. Preconiza-se, assim, um olhar sobre este conceito à luz da exclusão dos direitos de cidadania (Capucha, 1998a; Costa, 1998) e do esbatimento dos laços sociais, que se traduzem em processos de desqualificação social (Paugam, 2003) ou desafiliação (Castel, 1998).

1.1.1. Vulnerabilidade à pobreza e modos de vida

Capucha (2002; 1998b; 2005) identifica grupos ou categorias sociais que apresentam maior vulnerabilidade à pobreza e exclusão social, designadamente: os idosos pensionistas; os agricultores de baixos rendimentos; os assalariados de baixo nível de remuneração; os trabalhadores precários e da economia informal; as minorias étnicas; os desempregados; os jovens de baixas qualificações à procura do primeiro emprego; as pessoas com deficiência; as famílias monoparentais; os toxicodependentes e ex-toxicodependentes; crianças e jovens em risco; os detidos, ex-reclusos e pessoas sem abrigo¹. Geralmente, estes grupos sociais encontram-se afastados das oportunidades que surgem ao nível económico, social e cultural, por acumularem desvantagens ao nível da saúde, educação, qualificação profissional, sistema judicial e por apresentarem uma baixa auto-estima, imagem social negativa e inexistência ou fragilidade dos laços familiares.

O conhecimento das representações, interesses, sistema de valores, estilos de vida e referências culturais dos indivíduos, famílias e grupos é fulcral para a compreensão da pobreza (Capucha, 1998b; 2005). É neste sentido que o autor desenvolve o conceito de modos de vida da pobreza, definidos pela “interacção entre um conjunto de recursos e constrangimentos estruturalmente desenhados, por um lado, e o sistema de actividades reguladas e os modos de vida adoptados pelos agentes, por outro.” (Capucha, 2005: 97). O autor faz referência a oito modos de vida distintos, nomeadamente:

- *Transitoriedade*: diz respeito a situações de pobreza incidental, causado por uma situação de ruptura, por exemplo ao nível profissional, familiar, ou de saúde, pelo que estes “novos pobres” procuram camuflar a situação de escassez de recursos recorrendo às redes informais de apoio. No presente, ou são dominados por um sentimento de impotência e acomodação, ou procuram formas de ultrapassar a situação actual, embora com nostalgia em relação ao passado;

- *Investimento na mobilidade*: este modo de vida caracteriza-se pela vivência do presente com disciplina e conformidade, almejando uma aproximação ao padrão de vida dominante, pelo que existe um forte investimento na carreira escolar dos filhos. Os indivíduos e famílias que adoptam este modo de vida, geralmente trabalhadores por

¹ Sobre esta questão ver também (Almeida, 1995 e Rodrigues, 1999).

conta de outrem, possuidores de um rendimento baixo mas estável, vivem o presente com sacrifício e moderação, perspectivando um futuro melhor, mediante a acumulação de capitais económicos e escolares;

- *Dupla referência:* são, sobretudo, os emigrantes que se encontram numa situação de dupla referência. Este modo de vida caracteriza-se pela dualidade de sociedades de referência, na medida em que se sentem beneficiados relativamente à sociedade de origem, mas marginalizados da sociedade que os acolheu, pelo que procuram os recursos suficientes para regressar à sua origem em situação de prosperidade. O presente é, assim, vivido com incerteza e o futuro é encarado com esperança;

- *Convivialidade:* este modo de vida é marcado por “formas de sociabilidade exuberantes e estilizadas” e pela “valorização do prazer convivial” (Capucha, 2005: 224). Corresponde aos indivíduos e famílias que vivem de rendimentos incertos, recorrendo muitas vezes à Segurança Social para obter apoio económico, desenvolvendo estratégias de obtenção dos recursos pretendidos. Vivem intensamente o presente, marcado por uma vida social intensa e por um desejo de adoptar os estilos de vida dominantes, sem grandes preocupações em relação ao futuro.

- *Restrição:* é o modo de vida característico de indivíduos com baixa qualificação profissional, idosos pensionistas e desempregados que vivem numa situação de escassez de recursos, tentando, maximizar os que possuem. Neste sentido, o presente é vivido com dificuldade e existem poucas perspectivas de futuro, pelo que adoptam uma estratégia de vida que garanta a sua sobrevivência, visível, por exemplo, nos seus padrões de consumo. Caracteriza-se, ainda, por um conhecimento reduzido ao nível dos direitos, o que se traduz numa diminuta capacidade de reivindicação;

- *Poupança:* aplica-se, sobretudo, aos pequenos agricultores, nomeadamente os que praticam agricultura de sobrevivência. Assumem as dificuldades vividas numa tentativa de manterem ou alargarem o património que possuem, de forma a garantir alguma segurança e estabilidade na velhice. A poupança é a estratégia de vida adoptada, de forma a garantir o bem-estar, a viabilidade da família e do património. O presente é encarado como uma continuação do passado e as perspectivas de futuro implicam a confirmação e manutenção dos projectos do presente.

- *Destituição:* este modo de vida traduz-se na forma extrema de pobreza e exclusão social, em que convergem os limites destes dois fenómenos. É marcada pela ausência de uma estratégia de vida bem definida, bem como dos recursos, materiais ou simbólicos, que permitam a participação social dos indivíduos. Predomina uma atitude de apatia e

desinteresse em relação ao passado, presente e futuro, pelo que os indivíduos nesta situação vivem, geralmente, de apoios sociais públicos ou privados.

- *Desafectação*: caracteriza-se pela ruptura dos laços sociais e, conseqüentemente, pela adopção de estilos de vida marginais.

1.1.2. Da fragilidade à dependência: a carreira moral do assistido

Tendo por base a relação dos indivíduos com os serviços de acção social, Paugam (1993: 157-277; 2003: 51-115; 2005: 99-217) estabelece uma tipologia da mesma, com base nos conceitos de fragilidade, dependência e ruptura, que correspondem a três diferentes fases do processo de desqualificação social. O autor utiliza este conceito de forma a acentuar o carácter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza, fenómeno que corresponde a um processo e não a um estado.

Os indivíduos em situação de fragilidade beneficiam de uma acção social pontual, sob a forma de apoios económicos excepcionais. As suas dificuldades económicas relacionam-se, geralmente, com a sua situação de precariedade laboral, em virtude de uma qualificação profissional incompleta ou desadaptada. Predomina um sentimento de degradação estatutária, de humilhação e inferioridade, pelo que encaram negativamente o apoio social de que beneficiam, daí que assumam uma postura pró-activa na resolução da sua situação. Encaram o trabalho como a única forma de inserção, pelo que avaliam positivamente os esquemas de rendimento mínimo pelas possibilidades de inserção que oferece. Verifica-se que os indivíduos e famílias em situação de fragilidade adoptam uma estratégia de distanciamento em relação ao assistente social, uma vez que encaram a relação com este como fonte de humilhação (fragilidade interiorizada). No entanto, os mais jovens, sobretudo os mais qualificados, apresentam maior capacidade de lidar com a situação actual, apesar desta não corresponder às suas aspirações pessoais. Encaram a situação vivida como temporária, na expectativa de aceder a uma posição social mais elevada através do trabalho. Vêem a relação com os serviços de forma pragmática, adoptando uma atitude de “consumidor”, aproveitando as vantagens a que podem ter direito (fragilidade negociada).

Os indivíduos em situação de dependência, pelo contrário, beneficiam de uma intervenção social prolongada e de tipo contratual, em virtude das suas vulnerabilidades ou pelas dificuldades sentidas. O investimento familiar, a idade e os problemas de saúde são muitas vezes evocados, numa tentativa de racionalização do seu afastamento do

mercado de trabalho. Como tal, e ao nível dos esquemas de rendimento mínimo, os acordos de inserção assinados baseiam-se na melhoria das suas condições de vida e relações sociais, nomeadamente no que diz respeito à saúde e família. A assinatura de um acordo de inserção é tida como secundária, dada a centralidade que a prestação assume, sendo frequentes as manifestações espontâneas sobre o seu insuficiente montante. Mais afastados do mercado de trabalho, estes indivíduos procuram compensações de ordem simbólica como forma de se distinguirem dos que os rodeiam, valorizando o conforto no interior da casa.

Se encararmos esta tipologia como um processo, a dependência consiste numa segunda fase do que Paugam (1993: 157-277; 2003: 51-115; 2005: 99-217) designa por carreira moral do assistido. Verifica-se uma transição da fragilidade para a dependência quando os esforços realizados pelos indivíduos, no sentido de resolverem a sua situação, são infrutíferos, pelo que acabam por ceder, aceitando a dependência em relação aos serviços e a manutenção de relações regulares com estes. Neste sentido, adoptam uma postura de maior proximidade com o assistente social e começam a justificar e racionalizar os apoios de que são beneficiários.

No que concerne às experiências vivenciadas pelos indivíduos em situação de dependência, o autor propõe a consideração de três categorias: a assistência diferida, que se caracteriza pela presença de uma forte motivação para o trabalho, por uma dependência bastante forte relativamente aos serviços de acção social e por uma atitude de distanciação em relação aos assistentes sociais; a assistência instalada, caracterizada pela progressiva identificação com o estatuto de assistido, que se traduz pela presença de uma fraca motivação para o trabalho, por uma forte dependência relativamente aos serviços de acção social e por uma atitude de apropriação, sedução e cooperação em relação aos assistentes sociais e a assistência reivindicada, que se caracteriza pela ausência de motivação para o trabalho, por uma forte dependência relativamente aos serviços de acção social, por uma atitude de reivindicação ou até de conflito em relação aos assistentes sociais.

Paugam (1993: 157-277; 2003: 51-115; 2005: 99-217) designa a ruptura como a última fase do processo de desqualificação social. Os indivíduos nesta situação encontram-se à margem do dispositivo de assistência e apresentam diversas vulnerabilidades, nomeadamente ao nível habitacional, profissional e familiar. Essa situação é a consequência de um passado de fugas e rupturas, que limita a possibilidade e a vontade de construir projectos de inserção, pelo que os acordos de inserção poderão

corresponder ao projecto do assistente social, atendendo às dificuldades que estes beneficiários manifestam em definir os conteúdos do acordo, acabando por aceitar as acções propostas. Esta fase traduz-se numa experiência de ruptura, predominando, nos indivíduos, um sentimento de inutilidade e de vazio. Distinguem-se dois tipos de experiências vividas: a marginalidade conjurada, que se traduz na experiência vivida pelos indivíduos que ainda apresentam o desejo de integração social, pelo que têm consciência das mudanças individuais necessárias à almejada mudança de estatuto, procurando libertar-se do estigma de que são alvo e a marginalidade organizada, que corresponde à renúncia em obter uma posição social mais elevada e, conseqüentemente, melhores condições de vida.

Em relação aos beneficiários dos esquemas de rendimento mínimo, Paugam (1993: 157-277) estabelece uma tipologia dos mesmos, baseada nos efeitos deste dispositivo de protecção social. Assim, um primeiro tipo de beneficiário corresponde ao que está menos afastados do mercado de trabalho, em situação de precariedade económica e social. Os esquemas de rendimento mínimo são encarados como uma solução transitória, correspondendo a uma espécie de indemnização pelo desemprego. O beneficiário deseja, sobretudo, encontrar um local estável no mercado de trabalho, afastando-se, deste modo, da condição de assistido. O segundo tipo de beneficiário corresponde ao que apresenta menor probabilidade de aceder a um emprego estável, mas que possui laços sociais relativamente fortes. Trata-se, sobretudo, de pessoas prestadoras de cuidados a familiares, pelo que ou nunca trabalharam ou interromperam a sua actividade profissional por motivos familiares ou de saúde. Conscientes das dificuldades em ingressar, novamente, no mercado de trabalho, organizam-se em torno de actividades não profissionais, como o investimento na educação e cuidado dos filhos. O consumo é, para este tipo de beneficiário, o modo privilegiado de integração, pelo que o endividamento é um problema frequente. O terceiro tipo de beneficiário caracteriza-se pela acumulação de vulnerabilidades ao nível profissional e social, o que se traduz numa verdadeira espiral de pobreza, sendo de salientar as dificuldades vividas na infância e adolescência. Para este beneficiário, os esquemas de rendimento mínimo são encarados como um meio de sobrevivência.

1.2. O COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

A extensão, complexidade e diversificação dos fenómenos de pobreza e exclusão social exigem medidas de combate igualmente complexas e exigentes, pelo que se reclama das políticas sociais um maior aprofundamento e reformulação, tendo em vista o alargamento e efectividade dos direitos sociais e cívicos (Capucha, 1998a). De facto, a consciência da heterogeneidade e efeitos da exclusão é determinante para a eficiência das políticas de combate, pelo que se deverão encontrar configurações mais gerais, capazes de dar conta da sua diversidade (Almeida, 1993).

Uma das prioridades actuais ao nível do combate à pobreza prende-se com a reforma do sistema de protecção social e políticas sociais, relativamente aos meios dispendidos para o efeito (Almeida, 1995; Rodrigues, 1996), e à crescente articulação entre Estado e Sociedade Civil (Capucha, 1998a).

De acordo com Ferrera *et al* (2000), a recalibragem das estruturas do modelo social europeu, ao nível político-institucional, deve passar pelo fomento da dimensão regional e local, na medida em que este é o contexto mais adequado tendo em vista o desenvolvimento da competitividade e da solidariedade social. As iniciativas de base local são, pois, determinantes no combate à pobreza e exclusão social pela articulação que promovem entre políticas, sectores, dimensões e agentes, permitindo uma visão conjugada e articulada do social (Rodrigues, 1996; Costa, 1998; Gros, 1998), bem como uma maior aproximação aos cidadãos e aos seus problemas (Capucha, 2002; Giddens, 2007).

O sistema tradicional de previdência social caracterizou-se pela transferência do risco do indivíduo para o Estado, tendo como objectivos primordiais a sua redução, bem como a procura de maior justiça social (Giddens, 2007). Em contraponto a esta visão, defende-se a utilização da designação de sociedade de bem-estar positivo, em que o Estado assume um papel central e regulador, mas não dominante. Trata-se, pois, de um Estado autonomizador, que utiliza o investimento social como um apoio ao reforço da cidadania participativa dos indivíduos, oferecendo, simultaneamente, protecção e dignidade. Esta abordagem do bem-estar positivo pressupõe, assim, uma acção intervencionista e preventiva² e não apenas uma abordagem correctiva, pelo que os

² Esping-Andersen (2002) refere, a este propósito, que o investimento e desenvolvimento de um Estado preventivo, que aposte no investimento social dos cidadãos e que procure evitar situações futuras de dependência é fulcral no combate à pobreza.

serviços de previdência social deverão ser concebidos no sentido de ajudar os indivíduos a ajudarem-se a si próprios (Giddens, 2007). Destaca-se, ainda, a necessidade de promoção do activismo social, ou seja, da participação activa e central das organizações da sociedade civil no que se refere à prestação e desenvolvimento de programas de previdência social.

A promoção de uma nova concepção de cidadania, assente no reforço das capacidades dos indivíduos e, por conseguinte, na negociação e contratualização dos benefícios com os serviços de acção social/assistência surge, assim, como um dos princípios determinantes no combate à pobreza (Capucha, 2002; Andersen, 2002). Pressupõe-se a recalibragem do círculo de negociação (Ferrera *et al*, 2000), de forma a atribuir mais oportunidades de participação e envolvimento activo dos grupos sociais mais desfavorecidos, promovendo-se a efectivação da sua cidadania. Os indivíduos em situação de pobreza são encarados como agentes sociais e não como meros alvos de políticas (Rodrigues (coord.) 2003; Fraser, 1993; Gros, 1998). Como tal, são chamados a participar na construção da sociedade mediante a acumulação e activação dos seus recursos e capitais sociais e culturais. No entanto, o facto da pobreza se consubstanciar, muitas vezes, em modos de vida específicos, que se tendem a perpetuar no tempo, exige o desenvolvimento de políticas estruturais de cariz mais profundo, que promovam alterações nas atitudes e comportamentos das pessoas.

1.2.1. As políticas de inserção

A partir da década de 80 (Castel, 1998, 2005; Astier, 2007), equaciona-se uma via de transformação das políticas sociais, assentes numa lógica de activação e individualização (Capucha, 2005), de que são exemplo as denominadas políticas de inserção. Estas preconizam a flexibilização dos dispositivos institucionais, baseados na descentralização e horizontalidade da acção das instituições públicas e privadas, a institucionalização de novas formas de cooperação e co-responsabilização de todos os actores segundo uma lógica de parceria, ao nível territorial e a procura de uma crescente articulação entre as políticas sociais e económicas, mediante os dispositivos de inserção (Branco, 2001; 2008).

As políticas de inserção orientam-se numa lógica de discriminação positiva (Branco, 2008; Castel, 1998), sob a égide de uma cidadania activa e emancipada. Pretende-se promover a valorização do capital humano, segundo uma pedagogia da

cidadania (Capucha, 2005). Assiste-se, assim, à individuação, personalização, adaptação e singularização das políticas sociais, num processo de *assujétissement* (Ion e Ravon, 2005: 83), ou seja, num processo de individuação, entendido como “o processo em que o sujeito adquire um valor social positivo” (Ion, 2001 citado por Astier, 2007: 131). Estamos, pois, perante um *sujet apprenant* (Astier, 2007: 137), um sujeito enquanto produto das relações sociais e produtor de si mesmo (Faleiros, 2002).

Esta corrente de pensamento pressupõe a implicação e participação activa do beneficiário na definição e desenvolvimento da sua própria inserção. Estamos perante uma “assistência-inserção” (Branco, 2001: 9), na medida em que a intervenção social é considerada como um trabalho de construção identitária, de forma a instituir o outro como sujeito capaz de agir no espaço público (Soulet, 2005; Astier, 2007).

Assiste-se, assim, a uma reconfiguração do Estado, na medida em que activa as prestações, aproxima-se e acompanha os indivíduos em dificuldade e personaliza as suas intervenções (Soulet, 2005; Castel, 2005; Astier, 2007). O modelo da responsabilidade parece substituir o da solidariedade, na medida em que estamos perante a substituição da lógica de assistência, eventual e discricionária, pela lógica da inserção, de acordo com a qual “o direito [se] individualiza, [se] contratualiza” (Autès, 2005). Paulatinamente, é eliminada a dimensão colectiva e redistributiva da protecção social, à medida que a universalização dos direitos se articula com a individualização da protecção social.

1.2.2. O RMG/RSI enquanto política social activa

É com as políticas de garantia de rendimentos, nomeadamente com a implementação do RMI em França, que as políticas de inserção adquirem uma expressão mais generalizada (Branco, 2008). Em Portugal, é criado o RMG em 1996³, actualmente denominado de RSI⁴, instituindo-se como um novo mínimo social. Para Sposati (1998) estabelecer mínimos sociais é mais do que um acto jurídico ou um acto formal, pois exige a constituição de um outro estatuto de responsabilidade pública e social. Para a autora, trata-se de iniciar um processo de revolução da consciência da cidadania e de definir o padrão societário de civilidade, ou seja, estabelecer o patamar de cobertura de riscos e de garantias que uma sociedade quer assegurar aos cidadãos.

³ Lei 19-A/96 de 29 de Junho.

⁴ Lei 13/2003 de 21 de Maio.

O RMG/RSI surge, assim, com o intuito de combater as formas mais extremas de pobreza e promover a autonomização e inserção social dos seus beneficiários (Capucha, 2005; Diogo, 2007). A sua implementação, inserida numa estratégia europeia de combate à pobreza e exclusão social, funda um novo patamar na rede de protecção social, na medida em que universaliza a garantia a um mínimo de subsistência e define, no quadro do sistema de protecção social, um direito universal que não deriva da lógica contributiva, mas da lógica de redistribuição de recursos e de solidariedade.

Rosanvallon (1995) faz referência à natureza híbrida do RMI, atendendo a que este não se constitui como um recurso de assistência tradicional nem como uma prestação de segurança social. Representa, assim, um novo tipo de direito social que tem por base o estabelecimento de um compromisso recíproco entre o indivíduo e a sociedade, com vista à inserção do beneficiário, o que marca a passagem de uma lógica estatutária das políticas sociais a uma lógica contratual. Constitui, assim, um objecto jurídico paradoxal, na medida em que se baseia numa espécie de direito individualizado em que o itinerário de inserção é adaptado às necessidades da pessoa e às possibilidades de oferta de inserção, o qual depende da situação de cada beneficiário (Astier, 2007).

A implementação deste novo tipo de ligação entre direito e obrigação conduz à complexificação e desenvolvimento da noção clássica de direitos sociais, uma vez que considera o cidadão como indivíduo activo, autónomo, responsável e capaz de desenvolver esforços em prol do seu bem-estar (Rodrigues (coord.), 2003). Preconiza-se a reformulação do princípio da contrapartida, que deixa de assentar num cariz contributivo, segundo a lógica do Estado Social clássico, passando a constituir-se na manifestação da vontade activa do indivíduo, no sentido da sua inserção social (Astier, 2007).

A activação do beneficiário pressupõe a ruptura com a distribuição automática e impessoal das prestações sociais, pelo que tem em conta a singularidade dos beneficiários, no sentido da reconstrução dos seus percursos individuais (Castel, 2005). Mais do que garantir a autonomia do indivíduo, pretende-se trabalhar a relação deste com a sociedade em que se insere, dotando-o das capacidades necessárias para que possa inverter a sua trajectória de vida, superar as situações de ruptura e antecipar as dificuldades (Astier, 2007). Desenvolve-se, assim, uma intervenção de cariz individualizado com os beneficiários, de incitação à acção e à mobilização dos seus recursos, tendo em vista a emancipação e inserção social.

Para Xiberras (1993) e Capucha (2005) a inserção social é encarada como um movimento duplo, resultante da vontade das pessoas e das famílias beneficiadas para iniciarem processos de ruptura com o seu passado, no sentido da assumpção da condição de cidadania e do esforço das instituições públicas e privadas para oferecerem às pessoas e famílias os meios adequados ao sucesso de tais processos.

O conceito de inserção social traduz-se em duas abordagens distintas. Por um lado, defende-se que a inserção não deverá ser mais do que uma simples passagem, uma etapa transitória no sentido da (re)integração no mercado de trabalho, pelo que se considera como verdadeira inserção aquela que se traduz num trabalho. É neste sentido que, ao nível do RMG/RSI e segundo Diogo (2007), a noção de inserção social que a lei preconiza não é clara, mas parece ser a da autonomia pelo rendimento. Existe um reconhecimento generalizado de que a alteração de rendimentos, nomeadamente pelo trabalho, é o único motivo que poderá ser lido como sucesso (MSST, 2002). No entanto, a precariedade laboral que caracteriza o mercado de trabalho contribui para que este, por si só, não seja garantia de autonomização do RMG/RSI, o que poderá constituir um factor explicativo dos processos de reentrada na medida, por exemplo, no caso de trabalhadores com contratos a termo certo ou abrangidos por medidas de emprego protegido (Paugam, 2005). Por outro lado, tendo em conta a diversidade dos modos de vida e as fases do ciclo de vida, a inserção poderá representar uma reconquista da dignidade individual, pelo que a inserção laboral poderá não ser o objectivo primordial em todos os casos (Astier, 2007; MTSS, 2002).

1.2.3. Impactes e efeitos do RMG/RSI

O RMG/RSI, enquanto política social activa, assume-se como uma medida relevante de combate à pobreza e exclusão social, proporcionando um aumento da cobertura da protecção social e, por conseguinte, uma diminuição das desigualdades sociais (Capucha, 1998c). A este nível, Branco (2001) destaca as potencialidades da medida em reduzir ou atenuar as manifestações mais severas da pobreza, nomeadamente pelo acesso a padrões básicos de vida e de conforto. Como tal, esta medida de política social promove uma maior visibilidade dos modos de vida, estratégias e recursos da pobreza, o que poderá determinar a existência de mudanças na configuração das políticas sociais.

Quanto aos efeitos nos beneficiários, é de assinalar o de muitos indivíduos e famílias passarem a ter, pela primeira vez, uma fonte de receitas previsível e regular. Por outro lado, o facto desta medida prever o desenvolvimento de um programa de inserção pressupõe a existência de efeitos ao nível das condições de vida, nomeadamente, incidências na saúde, habitação e serviços sociais, repercussões na trajectória educacional e profissional, bem como, ao nível das identidades e da capacidade de relacionamento com as instituições (Capucha, 1998c).

A importância das políticas de garantia de rendimentos é visível pela atenuação dos efeitos sociais da degradação do mercado de trabalho, bem como, pela minimização dos tradicionais problemas da assistência, proporcionando aos beneficiários melhores condições de existência e possibilidades de participação na vida colectiva (Paugam, 1993) Além disso, o facto da gestão da medida ser realizada localmente, sobretudo no que diz respeito à vertente da inserção, pressupõe a existência de um sistema de parcerias entre o Estado, os órgãos de poder local, os parceiros sociais e as IPSS, de modo a conceber e executar intervenções em conjunto, a partir dos recursos e das experiências de cada instituição. Este direito assume, assim, a forma de dever moral da sociedade em oferecer, na medida do possível, acções e actividades adequadas aos beneficiários. Deste modo, o Estado deverá fortalecer o seu papel enquanto “fiador da coesão social” (Castel, 1998: 565), mobilizando os diferentes actores da inserção.

Procurou-se, neste capítulo, explicar teoricamente os fenómenos da pobreza e exclusão social, com especial destaque para os trabalhos mais actuais de construção de tipologias de pobreza e análise dos modos de vida. Analisaram-se perspectivas sobre o combate a estes fenómenos, nomeadamente as políticas de inserção e dispositivos de acompanhamento social, de que é exemplo o RMG/RSI, assente numa lógica de individuação e responsabilização do sujeito. No capítulo seguinte, apresenta-se o enquadramento metodológico desta investigação.

[CAPÍTULO 2]

Neste capítulo, apresenta-se a estratégia metodológica desenvolvida, designadamente, os objectivos, orientação e enfoque da investigação, a triangulação de métodos (extensivo e intensivo) e as técnicas de recolha e análise de dados.

2.1. OBJECTIVOS, ORIENTAÇÃO E ENFOQUE DA INVESTIGAÇÃO

Tendo como objecto de estudo o percurso longitudinal de ex-beneficiários de RSI, definiu-se como questão a investigar: Qual o impacte da medida de RSI na construção de trajectórias de inserção social e autonomização dos cidadãos beneficiários?

Assim, o presente trabalho tem como objectivo geral compreender, de um ponto de vista longitudinal, o impacte da medida de RSI nas trajectórias de inserção social e autonomização dos beneficiários. Como objectivos específicos, pretende-se: reconstituir as trajectórias de vida de ex-beneficiários; analisar os impactes da medida na dinâmica de satisfação de necessidades, inserção económica e social e modos de vida dos indivíduos e famílias beneficiárias; analisar a dinâmica e estratégias de autonomização dos indivíduos e famílias beneficiárias face ao RSI e outras medidas de apoio social às situações de pobreza e vulnerabilidade; recolher e analisar a construção da experiência dos sujeitos beneficiários do RSI enquanto medida de apoio social às situações de pobreza e vulnerabilidade e conhecer as disposições e perspectivas de futuro dos ex-beneficiários de RSI.

Firmino da Costa (1999) identifica três estratégias metodológicas distintas: a estratégia extensiva-quantitativa, a comparativa-tipológica e a intensiva-qualitativa. Tendo em conta os objectivos deste estudo, optou-se pelo desenvolvimento de um estudo de enfoque intensivo-qualitativo, embora considerando igualmente uma vertente extensiva-quantitativa. Para Sampieri *et al* (2006), o propósito do enfoque qualitativo consiste em “reconstruir” a realidade, tal como é observada pelos actores de um

determinado sistema social. Enfatiza-se a interpretação do sentido das acções, tendo em conta os significados que as pessoas lhes atribuem (Maxwell, 1997; Flick, 2004), pelo que pode ser considerado um exame intensivo em profundidade.

Rosanvallon (1995) salienta a importância de uma abordagem biográfica para a compreensão dos fenómenos da pobreza e exclusão social e alerta para a necessidade de uma particular atenção à natureza das trajetórias dos indivíduos. São, portanto, os processos de exclusão que é necessário ter em conta, uma vez que a pobreza se encontra sempre ligada a uma história pessoal. Esta abordagem longitudinal privilegia a metodologia qualitativa, de forma a reconstruir a lógica subjectiva da exclusão, mediante a análise do discurso directo dos beneficiários, do relato de acontecimentos cruciais e determinantes nas situações de ruptura dos laços sociais e ausências de perspectivas de futuro (Dubar, 1996).

O método biográfico permite, deste modo, captar a relação entre a objectividade das condições concretas de existência e a subjectividade das vivências. Torna acessível “o que escapa às estatísticas, às regularidades objectivas dominantes”, ou seja, focaliza “o particular, o marginal, as rupturas, os interstícios e os equívocos” (Digneffe, 1997: 209), de forma a captar a “espessura do social” (Gaulejac, 1984, citado por Digneffe, 1997: 210).

2.2. A COMBINAÇÃO DOS ENFOQUES INTENSIVO E EXTENSIVO: A TRIANGULAÇÃO DE MÉTODOS

A compreensão da pobreza e exclusão social, enquanto processos estruturais e biográficos, requer uma análise das etapas percorridas e as lógicas subjectivas das experiências dos indivíduos nessa situação, articulando análises qualitativas e quantitativas (Dubar, 1996). De facto, “a complementariedade dos métodos de investigação quantitativos e qualitativos aumentam a fiabilidade dos resultados” (Fortin, 2003: 326), dada a superação das limitações e reforço das potencialidades de ambos os métodos.

Como tal, utilizou-se a triangulação inter-métodos, entendida como “a combinação de duas ou várias estratégias diferentes de investigação aplicadas a uma mesma unidade empírica” (Fortin, 2003: 324), designadamente métodos quantitativos e qualitativos de investigação. Esta combinação tem como propósito obter um conhecimento sobre o problema em estudo que seja mais alargado do que aquele que

seria obtido pelo enfoque qualitativo (Flick, 2004) e delimitar o problema de investigação (Fortin, 2003). Dado que este é um estudo eminentemente qualitativo, a triangulação foi efectuada de forma sequencial (Flick, 2004). A utilização do método quantitativo permitiu conhecer o universo dos titulares de processos de RSI cuja prestação foi cessada no ano de 2004, a partir do qual se desenvolveu a abordagem intensiva (Brannen, 1992).

2.3. TÉCNICAS DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

No sentido de efectuar a abordagem extensiva, optou-se pela análise de processos sociais de RSI, na medida em que constituem “um registo riquíssimo dos problemas que afectam os cidadãos requerentes e titulares, da sua trajectória, dos seus pontos de vista e racionalidade, bem como um arquivo dos processos de intervenção institucional e técnica junto desses cidadãos, reveladores de orientações e práticas sociais de consideração e enfrentamento da pobreza e exclusão social” (Branco, 2001: 22).

Deste modo, foram analisados 92 processos sociais, referentes aos processos de RSI cessados no ano de 2004 no concelho de Ribeira Grande, sendo este o universo de pesquisa. De salientar que, de acordo com a base de dados existente, seriam 130 os processos sociais a analisar, no entanto, apenas 92 estavam disponíveis, dado que os restantes ou tinham sido transferidos para outros concelhos, ou não se encontravam acessíveis para consulta.

Os dados recolhidos foram sistematizados numa grelha de análise, de acordo com os seguintes itens: nome do titular; sexo; data de nascimento; grupo etário; estado civil; tipo de família; número de adultos; número de filhos; número de menores; escolaridade; ocupação; profissão; ramo de actividade; natureza do trabalho; tipo de habitação; estado de conservação da habitação; data e motivos do requerimento; data e motivos do cancelamento da prestação; áreas do acordo de inserção e impactes do RSI. Procedeu-se ao tratamento estatístico dos dados, mediante a utilização de software informático (SPSS statistics 17.0.1.)

Posteriormente, efectuaram-se 12 entrevistas de orientação biográfica aos ex-beneficiários (cf. anexos I e II), de forma a conhecer os “mundos de vida e tramas singulares” (Pais, 2001: 11-12) e a captar os diferentes capitais de experiência biográfica (Bertaux, 2001). Procurou-se uma compreensão, de carácter intensivo, das

suas trajetórias de vida, da experiência (objectiva e subjectiva) da vivência enquanto beneficiário e os impactes da medida de RSI nas condições materiais, trajetória social e modos de vida (cf. anexo III).

Utilizou-se uma amostra não probabilística (Beaud, 2003: 210; Fortin, 2003), segundo o princípio da variação máxima (Flick, 2004: 82), isto é, a selecção intencional de uma amostra heterogénea, até atingir a saturação informativa (Pais, 2001; Brannen, 1999), tendo por base os processos analisados. Trata-se, pois, de uma amostra teórica, não sendo “representativa, no sentido estatístico, mas sobretudo representativa de cada uma das experiências, das formas de interacção ou das situações em estudo. A saturação da amostra, dita ‘saturação teórica’ é atingida quando o investigador não obtém mais dados novos (...) representando um aspecto da realidade em estudo que não foi ainda descrito” (Fortin, 2003: 152). O valor heurístico dos dados recolhidos é, pois, teórico, em que a representação do objecto investigado é progressivamente construída (Houle, 2003).

Após a realização das entrevistas (cf. anexo IV), efectuou-se uma análise qualitativa dos dados, mediante um tratamento compreensivo e interpretativo dos materiais recolhidos, através da análise de conteúdo temática (Carmo & Ferreira, 2008; Bardin, 1991; Bertaux, 2001; Landry, 2003; Guerra, 2006), com a utilização de *software* informático para o efeito (Maxqda versão 2007).

No capítulo seguinte, apresentam-se os dados empíricos obtidos, que serão analisados tendo em consideração o enquadramento teórico do presente trabalho.

[CAPÍTULO 3]

Neste capítulo, procede-se à análise e interpretação dos dados, à luz dos referenciais teóricos (cf. anexo V). Como tal, efectua-se uma caracterização global do universo dos beneficiários de RSI cuja prestação foi cessada no ano de 2004, mediante uma abordagem extensiva, bem como a análise das trajectórias de vida, mediante um procedimento de amostragem, segundo uma lógica intensiva.

3.1. ABORDAGEM EXTENSIVA: CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DOS BENEFICIÁRIOS DE RSI

Tendo por base a análise de 92 processos sociais, procede-se à análise dos dados recolhidos. O facto dos processos consultados carecerem de informação disponível constituiu um condicionalismo, pelo que a análise dos dados será mais descritiva do que interpretativa.

3.1.1. A titularidade do processo de RSI

Relativamente à caracterização por género, constata-se que a titularidade do processo assume valores muito semelhantes para ambos os sexos, designadamente 48,9% referente ao sexo feminino e 51,1% relativamente ao sexo masculino (ver quadro 3.1). Embora sejam as mulheres que, tradicionalmente, recorrem aos serviços de acção social, foi orientação dos serviços de acção social atribuir a titularidade do processo de RSI ao “chefe de família”, o que poderá ser factor explicativo da preponderância do sexo masculino relativamente à titularidade do processo. Estes dados não vão de encontro aos obtidos no estudo do MSST relativo aos impactes do RMG (2002), uma vez que, no referido estudo, 71% dos titulares da prestação são do sexo feminino. De facto, “a Região Autónoma dos Açores é a região do país em que a titularidade

masculina é mais expressiva, apresentando 33,9% contra 28,6% a nível nacional” (Guerra e Antunes, 2009: 134).

Quadro 3.1 – Distribuição dos titulares por género

	Frequência	Percentagem
Feminino	45	48,9
Masculino	47	51,1
Total	92	100,0

Fonte: Análise dos Processos Sociais RSI, Maio 2009

Quanto à distribuição por grupos etários, verifica-se que os titulares dos processos de RSI encontram-se, maioritariamente, no grupo etário dos 45-54 anos (27,2%). Com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos encontram-se 22,8%, enquanto que o grupo etário dos 55-64 anos representa 17,4% do total da população titular e os titulares com mais de 65 anos 8,7% (ver quadro 3.2).

Quadro 3.2 – Distribuição dos titulares por grupos etários

	Frequência	Percentagem
Sem dados	1	1,1
18-24	7	7,6
25-34	14	15,2
35-44	21	22,8
45-54	25	27,2
55-64	16	17,4
Maior 65	8	8,7
Total	92	100,0

Fonte: Análise dos Processos Sociais RSI, Maio 2009

Também Guerra e Antunes (2009) fazem referência ao facto dos titulares do RSI serem relativamente jovens, dado que, no estudo em referência, 53,9% têm até 44 anos e 20,1% até 34 anos de idade. A corroborar estes dados, e de acordo com o estudo do MSST (2002), os titulares com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos correspondem a 46,6% da população titular. Assim, poderemos estar perante “um contexto de reprodução social e intergeracional da pobreza, dizendo respeito a situações de baixa qualificação profissional e escolar, que resultam em precariedade de emprego e

baixas remunerações ou mesmo em situações de desemprego de longa duração de indivíduos em idade activa” (MSST, 2002: 27).

Da análise dos níveis de escolaridade, depreende-se que estamos perante uma população com fracos recursos escolares, dado que 50% da população titular da qual foi possível apurar o grau de escolaridade (73 processos) possui até ao 1º ciclo do ensino básico e 13% não possui qualquer escolaridade. Quanto ao segundo e terceiro ciclos do ensino básico e ensino secundário, registam-se valores de 10,9%, 4,3% e 1,1%, respectivamente (ver quadro 3.3).

Quadro 3.3 - Distribuição dos titulares por níveis de escolaridade

	Frequência	Percentagem
Sem dados	19	20,7
1º ciclo EB	46	50,0
2º ciclo EB	10	10,9
3º ciclo EB	4	4,3
Ensino Secundário	1	1,1
Sem escolaridade	12	13,0
Total	92	100,0

Fonte: Análise dos Processos Sociais RSI, Maio 2009

Efectuando uma análise de frequências por sexos e por grupos etários, constata-se que 60,9% dos indivíduos que possuem até ao 4º ano de escolaridade pertencem ao sexo masculino e 39,1% ao sexo feminino. Quanto à distribuição por grupos etários, verifica-se que 37% destes indivíduos se encontra no grupo etário dos 45-54 anos. De salientar, ainda, que 19,5% possui até 34 anos de idade, o que demonstra a baixa escolaridade da população mais jovem. Quanto aos indivíduos sem escolaridade, a sua distribuição por sexos é idêntica (50%), sendo que é no grupo etário dos 35-44 anos que se registam maior número de pessoas sem escolaridade (33,3%), seguido dos indivíduos com mais de 65 anos (25%). Refira-se que 16,6% das pessoas sem escolaridade têm até 34 anos de idade.

Relativamente à ocupação (ver quadro 3.4), 39,1% dos titulares trabalham, sendo a construção e obras públicas (36,1%) e os serviços pessoais e domésticos (27,8%) os principais ramos de actividade (cf. anexo VI). Assiste-se, portanto, ao impacto que as baixas qualificações escolares possuem no tipo de profissão desempenhada.

Quadro 3.4 – Distribuição dos titulares por ocupação

	Frequência	Percentagem
Sem dados	1	1,1
Desempregado	15	16,3
Doméstica	13	14,1
Estudante	3	3,3
Pensionista	24	26,1
Trabalhador	36	39,1
Total	92	100,0

Fonte: Análise dos Processos Sociais RSI, Maio 2009

Atendendo a que apenas 15 processos dispunham de informação relativa ao tipo de contrato de trabalho dos beneficiários (cf. anexo VI), não é possível concluir qual o tipo de relação laboral predominante, embora seja de referir que, de acordo com Guerra e Antunes (2009) 91,4% dos beneficiários trabalham por conta de outrem, desenvolvendo a sua actividade através de prestação de serviços (66,7%). De facto, assume particular expressão o número de cidadãos beneficiários que desempenham uma actividade laboral, o que configura um contingente de *working poors* (Diogo, 2007:140), dado que, geralmente, se enquadram em profissões pouco qualificadas, com vínculos laborais precários e com baixos níveis remuneratórios, níveis esses que permitem o acesso à medida de RSI. Assim, aliada à fragilidade das qualificações escolares também as debilidades do próprio mercado de emprego condicionam a inserção social dos cidadãos beneficiários.

Destaque, ainda, para o número de pensionistas beneficiários (26,1%), em que o RSI surge como mecanismo de compensação face à situação de insuficiência de rendimentos, atendendo aos montantes das pensões auferidas. Esta situação é também referenciada por Guerra e Antunes (2009), dado que 18,2% dos titulares são pensionistas. No estudo do MSST (2002), estes representam apenas 9,5%, valor pouco expressivo comparativamente com os anteriormente apresentados.

Dos processos analisados, foi também possível constatar que 16,3% dos titulares se encontravam em situação de desemprego. Tendo por base uma análise de frequências, é de salientar as baixas qualificações que caracterizam as pessoas nessa situação, dado que 46% possui até ao 4º ano de escolaridade e 20% não possui qualquer escolaridade, factor determinante para o comprometimento da inserção profissional destes indivíduos. De acordo com Guerra e Antunes (2009) os titulares de RSI em

situação de desemprego é de 19,5%, o que corresponde a quatro vezes mais o valor da taxa de desemprego regional. Estes valores, referentes à realidade açoriana, diferem dos obtidos pelo MSST (2002), segundo o qual 30,3% dos titulares estão desempregados.

Um dos traços característicos da sociedade açoriana prende-se com o afastamento da mulher em relação ao mercado de trabalho, fenómeno este marcado por uma multiplicidade de problemáticas a ele associado, nomeadamente, por uma dimensão cultural muito acentuada. Assim, 14,1% dos titulares são mulheres que não exercem actividade profissional remunerada, ocupando-se das tarefas domésticas. Este valor é ainda mais acentuado no estudo do MSST (2002), segundo o qual 29,2% dos titulares são domésticas, o que poderá ser justificado pela predominância das mulheres ao nível da titularidade do processo de RSI. O mesmo se verifica em Guerra e Antunes (2009), com 36,4% dos titulares domésticas.

3.1.2. Agregado familiar e situação habitacional

No que se refere ao tipo de família, são as famílias nucleares com filhos que assumem maior expressão, representando 60,9%, seguindo a tendência dos outros estudos já referenciados (MSST, 2002; Guerra e Antunes, 2009). Os indivíduos em situação de isolamento são de realçar, dado que constituem 13% (7,6% referente ao sexo feminino e 5,4% relativo ao sexo masculino), o que demonstra a vulnerabilidade à pobreza dos indivíduos que vivem isolados. Este valor é mais significativo no caso do estudo do MSST (2002), na medida em que os indivíduos nesta situação representam 22,1% do total.

Importa também destacar que 10,9% dos processos analisados correspondem a famílias monoparentais femininas, não se registando nenhum caso de famílias monoparentais masculinas. Da análise destes processos sociais, e à semelhança do estudo levado a cabo pelo MSST (2002), segundo o qual 19% das famílias beneficiárias são monoparentais femininas, constatamos a “existência de três eixos de inteligibilidade biográfica” neste tipo de família (MSST, 2002: 48). Por um lado, as situações de ruptura conjugal, que poderão traduzir-se num processo de divórcio (um caso) ou de separação (quatro casos). Por outro lado, as situações de viuvez (quatro casos) e, por último, situações de gravidez precoce, na sequência da qual não se constitui uma relação conjugal com o progenitor (um caso). De referir que as famílias nucleares sem filhos representam 9,8%, ao passo que as famílias alargadas constituem 5,4% (ver quadro 3.5).

Quadro 3.5 – Distribuição dos titulares por tipo de família

	Frequência	Percentagem
Alargada	5	5,4
Isolado feminino	7	7,6
Isolado masculino	5	5,4
Monoparental masculina	0	0,0
Monoparental feminina	10	10,9
Nuclear com filhos	56	60,9
Nuclear sem filhos	9	9,8
Total	92	100,0

Fonte: Análise dos Processos Sociais RSI, Maio 2009

Quanto ao número de elementos do agregado familiar (cf. anexo VI), verifica-se que a maioria é composta por dois adultos (51,1%) e por um, dois ou três filhos, com 19,6%, cada. Constata-se que a percentagem de agregados familiares com quatro a sete filhos é de 16,3%, o que revela a expressão que as famílias numerosas assumem. Esta situação “pode revelar um reforço dos laços sociais primários (...) [mas] pode também traduzir situações de maior vulnerabilidade à pobreza pela eventual dificuldade em se fazer face à satisfação das necessidades básicas” (Guerra e Antunes, 2009).

No que diz respeito ao estado civil, os dados vão de encontro aos anteriormente apresentados, dado que 78,3% da população titular é casada, enquanto que 10,9% é solteira. Os titulares viúvos e divorciados são de 9,8% e 1,1%, respectivamente (ver quadro 3.6).

Quadro 3.6 – Distribuição dos titulares por estado civil

	Frequência	Percentagem
Casado	72	78,3
Divorciado	1	1,1
Solteiro	10	10,9
Viúvo	9	9,8
Total	92	100,0

Fonte: Análise dos Processos Sociais RSI, Maio 2009

Relativamente à situação habitacional (cf. anexo VI), designadamente o regime de ocupação, verifica-se que 41,3% dos agregados familiares residem em habitação própria e que 18,5% residem em habitação de familiares. De referir que não existem informações sobre o regime de ocupação em 16 processos. Dos 74 processos sociais com informações relativas ao tipo de habitação, constata-se que 73,9% residem em casa

unifamiliar. Quanto ao estado de conservação da habitação, 34,8% apresenta um bom estado de conservação, enquanto 25% dos 75 processos sociais fazem referência a um estado razoável de conservação da habitação.

3.1.3. O (re)ingresso no RSI: dos números aos motivos

Considera-se que a análise do número de requerimentos constitui um eixo de interpretação analítica de extrema pertinência, dado que pode constituir um elemento de avaliação dos impactes do RSI, nomeadamente, quanto ao percurso de inserção dos seus beneficiários. Assim, verifica-se que 38% dos processos analisados apresentam mais do que um requerimento⁵ (27,2% efectuou dois requerimentos e 10,9% apresenta entre três a cinco requerimentos), enquanto os titulares com apenas um requerimento representam 62% (ver quadro 3.7).

Fonte: Análise dos Processos Sociais RSI, Maio 2009

Quadro 3.7 – Distribuição dos titulares por número de requerimentos

		Frequência	Percentagem
Pel a	1 Requerimento	56	60,9
	2 Requerimentos	25	27,2
	3 Requerimentos	4	4,3
	4 Requerimentos	3	3,3
	5 Requerimentos	4	4,3
	Total	92	100,0

distribuição de frequências constata-se que os titulares com idades até aos 34 anos representam 22,8%, valor este que merece especial destaque, sobretudo de for interpretado em relação com o número de requerimentos, visto que 52,4% do total dos titulares com idades até aos 34 anos já requereu RSI mais do que uma vez. Da consulta destes processos sociais, verifica-se que os problemas relacionados com o emprego, designadamente situações de desemprego e irregularidade/precariedade laboral, a fraca qualificação escolar e profissional, o facto de serem famílias numerosas e a monoparentalidade se afiguram como os principais factores da permanência na medida.

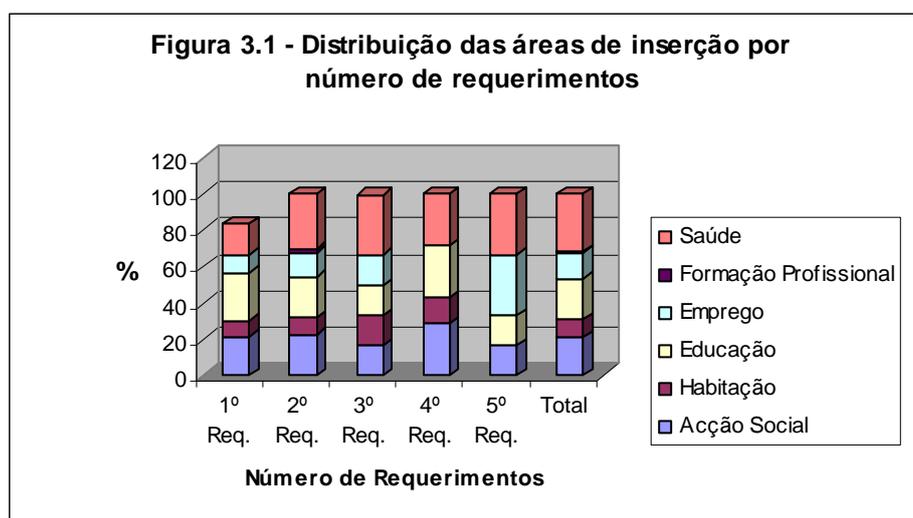
A análise dos motivos dos vários requerimentos encontra-se dificultada, visto esta ser uma informação que está apenas disponível em trinta e dois processos, no que se refere ao primeiro requerimento, em nove processos em relação ao segundo requerimento, em quatro processos no terceiro requerimento, em três processos

⁵ De acordo com dados de Janeiro de 2009, nos Açores, 14,01% dos processos cessados na RAA voltaram a recorrer ao RSI (IAS, 2009).

relativamente ao quarto e quinto requerimentos. Contudo, verifica-se que, de um modo geral, é a vivência de uma situação de insuficiência de rendimentos (26,1% para o primeiro requerimento) que determina o acesso à medida (cf. anexo VI).

3.1.4. Os acordos de inserção: a saúde, educação e acção social como áreas predominantes.

No que concerne aos acordos de inserção⁶, verifica-se que foram assinados 77 acordos, correspondendo a 183 acções. Da análise dos processos sociais, e relativamente às áreas de inserção, destacam-se a saúde (31,9%), a educação (22,1%) e a acção social (21,2%). Com valores menos expressivos surgem o emprego (14,6%) e a habitação (9,9%) (ver figura 3.1. e cf. anexo VI).



Fonte: Análise dos Processos Sociais RSI, Maio 2009

O estudo coordenado por Guerra e Antunes (2009), apresenta resultados semelhantes, no que diz respeito às áreas de inserção, destacando-se a área da saúde (52,8%), seguida das áreas da acção social (17,2%) e educação (15,6%).

Assim, a aposta no combate e prevenção de problemas relacionados com a saúde é visível pelo peso que esta área assume nos acordos de inserção. O acesso a consultas de medicina familiar, ou de especialidade e o cumprimento do Plano Nacional de Vacinação são algumas das acções que são objecto de contratualização com os beneficiários. No que diz respeito à área da acção social, as acções mais frequentes

⁶ O acordo de inserção é constituído por um conjunto de acções contratualizadas destinadas à gradual inserção social dos titulares e restantes elementos do agregado familiar.

prendem-se com o acompanhamento técnico/apoio psicossocial, bem como, a educação e cuidados aos filhos. A participação em actividades de reforço das competências pessoais e sociais, nomeadamente acções de sensibilização e cursos de formação pessoal e social são também frequentes nos acordos de inserção contratualizados.

De salientar a importância que a educação assume enquanto área dos acordos de inserção, sobretudo atendendo à fraca qualificação escolar que caracteriza a população beneficiária. A educação constitui-se, assim, como elemento chave na ruptura com trajectórias de exclusão e, conseqüentemente, na construção de percursos de autonomização dos beneficiários. Quanto à área da habitação, a manutenção e conservação da mesma, bem como, o pagamento de renda, no caso de habitações sociais, são algumas das acções mais frequentes, bem como, a inscrição em programas de realojamento junto das entidades competentes.

Tendo em conta que a autonomização da medida implica um acréscimo de rendimentos do agregado familiar, a fraca expressão da área do emprego parece suscitar, três questões: “será que estamos perante uma aposta numa dimensão mais social da inserção, de reforço das competências pessoais e sociais, aposta esta prévia à integração profissional? De que forma os parceiros com assento nos NLI’s, com competências nas áreas do emprego e formação profissional, se mobilizam efectivamente no sentido da inserção profissional dos beneficiários de RSI? Em que medida os Açores dispõem de recursos ao nível do emprego adequados às características dos beneficiários?” (Guerra e Antunes, 2009: 163)

Torna-se, então, pertinente questionar se “as estatísticas de inserção não reflectem sobretudo a cultura institucional do aparelho de acção social e as disponibilidades de actividades onde os beneficiários se podem enquadrar e não tanto as suas necessidades, particularmente em termos de emprego e de formação profissional” (Diogo, 2007: 137), havendo, assim, uma adaptação das necessidades dos beneficiários às ofertas de inserção. Parece, pois, que à lógica das acções à medida substitui-se a lógica das acções à medida do que existe (Branco, 2001).

3.1.5. Motivos de cessação da prestação de RSI: a almejada inserção?

Ao analisar os motivos de cessação da prestação de RSI, constata-se que, para o primeiro requerimento, estes ocorrem, na sua maioria, por rendimentos superiores (28,3%), por falsas declarações (10,9%) e por incumprimento do acordo de inserção (9,8%). No entanto, a falta de informação disponível condiciona a análise dos dados, na medida em que, para 79,3% dos processos, não foi possível apurar o motivo da cessação da prestação (ver quadro 3.8).

Quadro 3.8 - Distribuição dos motivos de cessação por requerimento

	1º Req.	2º Req.	3º Req.	4º Req.	5º Req.	Total	Fonte:
Detenção do titular	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	Análise dos Processos
Falsas declarações	10,9	2,2	1,1	0,0	0,0	2,8	Sociologia
Incumprimento do acordo de inserção	9,8	1,1	0,0	0,0	0,0	2,2	RSI, Maio 2009
Não celebração do acordo de inserção	0,0	3,3	2,2	2,2	0,0	1,5	
Morte do titular	5,4	1,1	0,0	0,0	0,0	1,3	
Pedido do titular	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	
Rendimentos superiores	28,3	5,4	1,1	1,1	0,0	7,2	
Outros motivos	19,6	4,3	5,4	2,2	1,1	6,5	
Sem dados	22,8	89,8	90,2	94,6	98,9	79,3	

Ao reflectir sobre o impacto da medida de RSI na construção de trajectórias de autonomização e inserção dos cidadãos beneficiários verificamos que, segundo Diogo (2007), a alteração de rendimentos surge como o único indicador de sucesso de autonomização da medida, sendo este que apresenta maior número de ocorrências. No entanto, de forma a compreender a “real” inserção dos cidadãos beneficiários, analisaram-se os processos sociais com mais do que um requerimento, em relação com o motivo de cessação do primeiro requerimento.

Assim, dos processos sociais com mais do que um requerimento, em que é possível apurar o motivo de cancelamento do primeiro requerimento da prestação de RSI (25 processos) verifica-se que, segundo uma análise de frequências, para 28% (sete processos) dos cidadãos beneficiários que regressaram à medida, o incumprimento do acordo de inserção constituiu o motivo do cancelamento da prestação, enquanto que 20% (cinco processos) tiveram a alteração de rendimentos como fundamento da cessação. Neste caso, o trabalho *per si* poderá não ser uma garantia de autonomização e de independência do RSI ou de outros apoios sociais públicos, sobretudo quando assume contornos de irregularidade ou precariedade, pelo que a cessação do direito à

prestação poderá não ser, necessariamente, um indicador de uma melhoria estável da situação vivida pelos indivíduos.

Por outro lado, o peso que assume a cessação da medida por incumprimento do acordo de inserção poderá estar relacionado com o facto deste não se adequar, na sua totalidade, às características e necessidades individuais dos beneficiários, o que compromete o cumprimento por parte destes. Relativamente à cessação por falsas declarações, a ideia generalizada entre beneficiários de que o desempenho de actividade laboral constitui motivo de cessação da prestação poderá ser um factor de ocultação de rendimentos.

Em síntese, verifica-se que os titulares do RSI são relativamente jovens, visto 22,8% terem entre 18 a 34 anos e 50% terem idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos. A baixa qualificação profissional e escolar que caracteriza os indivíduos titulares (50% possui até o 4º ano de escolaridade), bem como, a integração em ramos de actividade pouco diferenciados e de baixa remuneração, poderão constituir factores explicativos da vivência de uma situação de pobreza, determinando o acesso à medida de RSI. Além disso, a expressão que assumem indivíduos não integráveis no mercado de trabalho, como os pensionistas (26,1%), evidencia a insuficiência das políticas sociais no sentido de assegurar níveis mínimos de bem-estar, designadamente ao nível das pensões de reforma e viuvez. Também pessoas em idade activa, que não se encontram no mercado de trabalho, quer por factores estruturais ou conjunturais (desemprego), quer por factores culturais (não integração da mulher no mercado de trabalho) vêm reconhecido o direito ao RSI. Assim, a experiência de desemprego (16,3%), aliada à baixa qualificação (46% possui até ao 4º ano de escolaridade), por um lado, e a não integração da mulher no mercado de trabalho (14,1%), por outro, parecem comprometer a inserção social destes indivíduos.

Embora a maioria dos titulares apresente um requerimento (60,9%), o facto de 38% dos processos analisados apresentarem entre dois a cinco requerimentos, exige uma reflexão a este nível, sobretudo quando 52,4% dos titulares com idade até aos 34 anos já requereu RSI mais do que uma vez. Apesar da cessação do direito à medida ocorrer, maioritariamente, por rendimentos superiores (28,3%), questiona-se, assim, se este poderá constituir um indicador de uma melhoria estável das condições de vida destes indivíduos. Da análise dos processos sociais, depreende-se que os problemas relacionados com o emprego e a baixa escolaridade surgem como os principais

obstáculos a uma efectiva inserção social. A predominância destes problemas poderá ser um factor explicativo do peso que as áreas da saúde, educação e acção social assumem nos acordos de inserção assinados. Poderemos estar perante uma concepção mais ampla do conceito de inserção social, tendo por base uma aposta no reforço das competências pessoais e sociais, bem como, ao nível do combate e prevenção das vulnerabilidades relacionadas com a saúde. Por outro lado, a preponderância das áreas acima mencionadas poderá reflectir a tradicional cultura institucional, centrada nos serviços típicos do Estado-providência e não nas características e necessidades individuais dos beneficiários.

3.2. ABORDAGEM INTENSIVA: (RE)CONSTRUINDO TRAJECTÓRIAS DE VIDA

Atendendo aos objectivos do presente trabalho, efectuaram-se 12 entrevistas de orientação biográfica a ex-titulares da prestação, de forma a compreender as suas trajectórias de vida antes, durante e depois do RSI (cf. anexo VII). Neste ponto, apresentam-se e analisam-se os dados recolhidos (cf. anexo VIII).

3.2.1. Trajectória antes do RSI

3.2.1.1. Origem social

A baixa escolaridade e o desempenho de profissões pouco diferenciadas pelos pais caracterizam a origem social de todos os entrevistados. A maioria dos progenitores são analfabetos (quatro casos), enquanto as progenitoras possuem o 3º ou 4º ano, com três casos respectivamente. Na maioria das situações, apenas o homem desempenhava uma actividade profissional remunerada, ligada ao sector primário.

3.2.1.2. Representações do passado

Para seis entrevistados, a infância e adolescência são recordadas de forma marcadamente negativa, associadas à vivência de privações materiais, prática de mendicidade, desempenho precoce de actividade profissional, ou prestação de apoio nas

tarefas domésticas e cuidados a irmãos, pela existência de conflitos familiares, ou, ainda, pela inexistência de contacto com os progenitores.

“Recordações é que eu comecei a trabalhar aos 7 anos. Estava na escola e a trabalhar. Ia para a escola e quando voltava o meu pai obrigava-me a ir para o terreno trabalhar.” (E9 – Alberto, 50 anos, casado, tratador de gado, 1 requerimento)

“Lembro-me de quando era pequenina ajudava a minha mãe (...) Às vezes eu ia para o lixo para procurar brinquedos para brincar.” (E10 – Verónica, 28 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

Em quatro casos, predomina uma visão positiva da infância, associada aos momentos vividos no espaço escolar, ao trabalho ou às épocas festivas.

“Os momentos que me lembro, eu estava na escola, tinha as minhas amigas, curtíamos a vida de jovem, brincava. Se estou triste, lembro o passado e fico melhor.” (E1 – Filipa, 25 anos, casada, operária fabril, 2 requerimentos)

“O Natal traz saudades. Mesmo já na adolescência o Natal é uma altura que marca (...) Era diferente. Sempre acontecia algo de bom. Até é inexplicável, mas acontecia.” (E6 – Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

Duas entrevistadas apresentam uma visão ambivalente da infância, relatando aspectos positivos como o namoro, a dedicação e empenho com que desempenhavam as actividades domésticas e aspectos negativos, nomeadamente a ausência de actividades lúdicas adequadas ao seu desenvolvimento psicossocial e existência de maus-tratos.

Recordo-me de muita coisa boa e muita coisa má (...) a gente levava, isso eu recordo-me (...) agora é uma infância muito bonita, não é daquelas coisas antigas, de ir para a ribeira lavar os tapetes, essas coisas assim (...) Penso eu que naquele tempo havia perante as coisas que a gente fazia, havia muito mais amor, agora é tudo através de máquinas, já não dá aquele interesse, a gente tinha que ir esfregar, até a gente ficava mais magras, com os braços todos cheios de músculo. (E8 – Isabel, 29 anos, separada, empregada de limpeza, 5 requerimentos)

A existência de dificuldades económicas caracteriza o passado de dez entrevistados, exceptuando dois casos em que a actividade profissional do progenitor garantia a satisfação das necessidades básicas da família. Assiste-se a uma vivência imediatista do dia-a-dia, de acordo com recursos económicos disponíveis. O trabalho, as redes de solidariedade informal, o cultivo de produtos alimentares são algumas das formas apontadas de superação das dificuldades.

“Sempre tinha aquelas vizinhas que a gente dava-se melhor e que eram boas pessoas, vinham aqui a casa, sempre vinham trazer um pãozinho para a gente comer, sempre vinham trazer um leite chocolateado quente, recordo-me tão bem disso, das cafeteiras de elas virem cá à porta trazer, eu era pequenina, devia ter uns cinco, seis anos.” (E8 - Isabel, 29 anos, separada, empregada de limpeza, 5 requerimentos)

“Os meus pais eram muito pobres. Não tinham com o que viver. Viviam de esmola numa casinha dos meus avós (...) Eu desde muito nova tive de trabalhar, infelizmente (...) Não havia ajudas nenhuma (...) Os antigos tinham de trabalhar muito para criar os seus filhos.” (E12 – Carmélia, 64 anos, viúva, doméstica, 3 requerimentos)

No entanto, enquanto para Graça a vivência de privações materiais não foi impeditiva de uma vivência feliz, para Maria parece ter sido determinante na experiência de sentimentos de angústia e incerteza face ao futuro.

“Não éramos uma família muito abonada (...) Passamos dificuldades mas éramos felizes.” (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

“Quando a gente cresce e traz uma adolescência destas ficamos com muito medo da vida e que nos vai acontecer daquilo para a frente.” (E11 – Maria, 43 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

Todos os entrevistados referem, de um modo geral, a existência de uma boa relação familiar. Apenas duas entrevistadas referem a existência de alguns conflitos intra-familiares. No geral, os entrevistados recordam alguns momentos em família, nomeadamente, as épocas festivas, a partilha e entreaajuda existentes no desempenho das tarefas domésticas. Apesar das dificuldades sentidas, referem a união familiar característica do passado, em detrimento do afastamento hoje verificado. O passado e os momentos em família são revividos de forma saudosista.

3.2.1.3. Trajectória escolar

A baixa escolaridade caracteriza a trajectória escolar dos entrevistados, dado a maioria (oito casos) possuir até ao 4º ano de escolaridade. Quanto aos motivos subjacentes à interrupção da escolaridade, a imposição parental, o início de actividade laboral e a prestação de apoio a familiares são os mais significativos (seis casos).

“O meu pai nunca me deu incentivo, como eu dou aos meus filhos (...) Eu lembro-me quando saí da escola com a 6ª classe, eu tinha uma irmã que estava no Canadá e ela disse ao meu pai ‘O Alberto já que chegou a esse ponto porque não continua?’ e ele disse ‘a caneta dele já está reservada’, que era o cabo de sacho.” (E9 - Alberto, 50 anos, casado, tratador de gado, 1 requerimento)

A conclusão da escolaridade obrigatória é referida por dois entrevistados como a razão subjacente à interrupção da escolaridade. Situações de gravidez na adolescência, discriminação social, insucesso escolar e inexistência de apoios sociais formais são outras das razões apontadas (quatro casos).

“Até ao 4º ano, a primária, eu passei sempre. Daí fui para o ciclo preparatório, mas uma coisa que me marcou é que as pessoas faziam troça de quem andava mais mal vestido e eu era uma das lesadas. E havia a professora de ciências, que eu nunca mais me esqueci, eu tinha 10 anos, e ela pediu que explicássemos a evolução do Homem. Eu via muitos documentários e eu disse que a evolução do Homem partia do macaco. Ela chamou-me de deficiente na aula e isso marcou-me para toda a vida. Mas passados onze anos, ela reconheceu-me e veio pedir-me desculpa. Isso marcou-me imenso. Deixei de frequentar a escola por causa desses motivos. Deixei de gostar da escola.” (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

Quanto à relação com a escola, a maioria (oito casos) refere que gostava de frequentar a escola. Quatro entrevistados referem, ainda, o seu bom desempenho escolar, no entanto, a existência de dificuldades de aprendizagem e a experiência de situações de discriminação social são alguns factores apontados como inviabilizadores da continuidade do percurso escolar e da existência de uma visão positiva da escola.

“Gostava e não gostava. O professor também não era muito bom porque o que ele queria era o estudo de plantas e flores e isso não dá para nada, por isso fui trabalhar. Gostava de aprender a ler, fazer contas, mas o professor nunca deu nada. Paciência, já que não dá nada também vou-me embora.” (E7 - Mariana, 39 anos, casada, desempregada, 2 requerimentos)

Em três casos é visível a importância atribuída à escola como factor determinante na melhoria das condições de vida.

“Gostava, ao menos para tirar o sexto ano, porque assim sabia que ia buscar um futuro, não é, mais tarde, um futuro para mim (...) Ao menos o sexto ano eu gostava de tirar, agora tem muitas mais propostas de trabalho e a escolaridade é muito importante.” (E8 - Isabel, 29 anos, separada, empregada de limpeza, 5 requerimentos)

“Gostava pouco... mas agora fiquei arrependida. Hoje recebi uma carta da luz, já podia tirar a carta para ler... fiquei arrependida.” (E10 - Verónica, 28 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

3.2.1.4. Trajectória familiar

O início da vida familiar ocorre com o casamento (onze casos) e união de facto (um caso) após a maioridade, exceptuando duas entrevistadas que iniciaram a vida familiar com dezasseis anos. Onze dos entrevistados possuem filhos, sendo quatro o

número médio de filhos. Todos recordam de forma positiva o momento do casamento e nascimento dos filhos, exceptuando um caso em que se tratou de um casamento por pressão social.

3.2.1.5. Trajectória profissional

Verifica-se que os entrevistados iniciaram precocemente o desempenho de actividade profissional, sendo a média de idades de treze anos. As profissões desempenhadas estão distribuídas da seguinte forma: sector primário (seis respostas), secundário (cinco respostas) e terciário (dez respostas), caracterizadas pela baixa remuneração e fraca diferenciação a elas associadas. São, de um modo geral, actividades profissionais de curta duração, sem vínculo laboral ou com vínculo laboral precário. É de referir que apenas Verónica nunca desempenhou qualquer actividade laboral, apontando a inexistência de trabalho e a necessidade de assegurar as tarefas domésticas como motivos subjacente à não inserção no mercado de trabalho.

“Foi sempre a vida de casa. Ajudava a minha mãe e nunca tive serviço para trabalhar (...) Fiquei em casa sempre.”
(E10 - Verónica, 28 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

Em suma, a trajectória de vida dos beneficiários antes do RSI é marcada pela baixa escolaridade e desempenho de profissões pouco qualificadas pelos progenitores. O passado é marcado pela vivência de dificuldades económicas, em muitos casos mitigada pelo ingresso precoce dos entrevistados no mercado de trabalho, o que determinou a interrupção da sua escolaridade. Estamos, pois, perante uma espécie de determinismo social da pobreza, em que os mais novos herdaram os percursos de pobreza persistente característicos dos seus progenitores (MSST, 2002).

3.2.2. Trajectória enquanto beneficiário de RSI

3.2.2.1. O requerimento

A maioria dos entrevistados teve conhecimento da medida através da comunidade (oito respostas), quer através de entidades como associações, Casa do Povo ou Câmara Municipal (três respostas), quer pelas pessoas em geral (cinco respostas). As notícias, a família e o SAS são apontados como outras fontes de conhecimento da

medida. A decisão de efectuar requerimento de RSI tem, maioritariamente, como motivo subjacente a vivência de uma situação de insuficiência de rendimentos, quer pelo facto dos rendimentos familiares provenientes de trabalho serem insuficientes para fazer face às despesas domésticas (cinco casos), quer por situação de desemprego (três casos), quer ainda pela não contribuição do cônjuge nas despesas domésticas (um caso). Viuvez (dois casos), problemas de saúde e desejo de integração em curso de formação (um caso) são outros dos motivos apontados.

“O meu marido ganhava 30 e tal contos por semana... não dava bem. Por isso eu meti-me a fazer os papéis do rendimento, vi que era bom (...) Ia nascer mais um e era uma ajudinha.” (E1 - Filipa, 25 anos, casada, operária fabril, 2 requerimentos)

Não tivemos outro remédio senão fazer, porque não tínhamos alternativa. Eu não arranjava emprego, ele não arranjava emprego e depois tínhamos de pensar nos filhos (...) Foi numa altura terrível, passávamos fome, inclusive.” (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

Excepto para três entrevistados, o requerimento de RSI marca o início do contacto com o SAS, dado que não existia uma relação prévia ao RSI. Aquando do requerimento, predominam sentimentos de vergonha, constrangimento, inutilidade, obrigação face às dificuldades sentidas e mal-estar pela burocracia inerente ao processo (sete casos).

“Quando ia fazer o requerimento custava-me. Custava-me falar em voz que os outros ouvissem, porque não queria fazer e via-me obrigada a isso (...) Tínhamos uma certa relutância em fazer porque é como se estivéssemos a pedir esmola.” (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

“Senti-me um bocadinho assim, um pouco inútil, dizer assim estou a pedir e não consigo trabalhar, mas pronto, era quando não arranjava trabalho, mas dizia assim ‘a todo o momento que eu arranje um trabalho, eu sou pessoa para vir cá e dizer que já estou a trabalhar’, como foi agora. Nada como a gente trabalhar pelo nosso dinheiro, nada como a gente trabalhar.” (E8 - Isabel, 29 anos, separada, empregada de limpeza, 5 requerimentos)

“Não me senti bem. Também pediam muitos papéis. Todos os meses tínhamos de entregar mais papéis” (E9 - Alberto, 50 anos, casado, tratador de gado, 1 requerimento)

No entanto, para cinco entrevistados, o momento do requerimento é vivido com alguma normalidade, ou até felicidade, atendendo à autenticidade das dificuldades sentidas.

“Senti-me normal. Se a gente precisa... (...) A gente tem de aproveitar. Se não pudessem dar, paciência, a gente havia de se amanhoar.” (E3 - Fernando, 51 anos, casado, carpinteiro, 1 requerimento)

“Senti-me feliz, porque precisava. Ninguém pede sem precisar.” (E12 - Carmélia, 64 anos, viúva, doméstica, 3 requerimentos)

Assim, o RSI marca o primeiro contacto com o SAS, ao qual, de um modo geral, estão associados sentimentos de mal-estar face à imperativa aceitação da condição de beneficiário. Para minorar a carga identitária associada, encontramos nos discursos dos entrevistados, a mobilização de diversos argumentos justificativos da legitimidade de beneficiarem da medida, nomeadamente pela descrição das dificuldades e necessidades sentidas, pela apresentação de si como trabalhador e não como assistido (Diogo, 2007). A vivência de uma situação de insuficiência de rendimentos familiares, quer sejam os rendimentos de trabalho, quer seja por desemprego, determinam o acesso à medida. Deste modo, o RSI é visto segundo 3 lógicas distintas: como mínimo de subsistência, garante dos recursos económicos indispensáveis ao bem-estar individual; como complemento dos rendimentos de trabalho, ou seja, face à baixa remuneração associada às profissões tradicionalmente desempenhadas pelos beneficiários, o RSI surge como um importante reforço dos rendimentos familiares, proporcionando uma melhoria das suas condições de vida ou como uma compensação de indemnização do desemprego, sobretudo nos casos em que não existe protecção social no desemprego, pelo que o RSI funciona como um mecanismo compensatório (Bouchoux *et al.*, 2004).

3.2.2.2. *O acordo de inserção*

As pessoas entrevistadas com acordo de inserção assinado (nove casos) reconhecem tê-lo assinado, à excepção de um caso. No entanto, o próprio termo é desconhecido para algumas pessoas, carecendo de uma explicação e simplificação do termo para “contrato” aquando da realização das entrevistas. Assim, a maioria tem conhecimento da assinatura do acordo de inserção e, em cinco casos, identificam uma ou mais acções constantes no(s) acordo(s) de inserção assinado(s).

“Era disponibilizar-se para trabalhar e pouco mais e frequentar acções de formação.” (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

“A assistente social disse tudo o que eu tinha de fazer: pagar a água, pagar a luz, a renda da casa, não fazer dívidas, que os meus filhos não faltassem à escola, para ir uma vez por mês saber como os meus filhos estão na escola, as vacinas em dia, lá de vez em quando ir ao médico ver como os nossos filhos estão, com tudo isto eu concordei.” (E11 - Maria, 43 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

Relativamente ao processo de elaboração e assinatura do acordo de inserção, é visível a preponderância do papel do técnico de acompanhamento na definição das acções a serem acordadas, assumindo o beneficiário um papel passivo e redutor neste processo, constituindo-se como ouvinte das acções que por ele deverão ser cumpridas.

“Eu ouvi o que ela dizia. Foi simplesmente “blablabla” e a gente assinou.” (E4 - José, 50 anos, casado, desempregado, 2 requerimentos)

“Lemos o acordo e não tinha assim nada. Foi ler o acordo e assinar porque estávamos dispostos a fazer o que estava lá escrito e foi isso.” (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

“Perguntaram pelas vacinas das pequenas, se as pequenas estão boas, coisas assim. Gostei de ouvir. (...) Eu ouvi o que elas disseram e assinei de boa vontade. Não há problema.” (E10 - Verónica, 28 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

No entanto, alguns indivíduos salientam a importância da exigência de activação do beneficiário.

“Sim, porque se a segurança social, ou as assistentes sociais têm regras, os favorecidos do rendimento de inserção social também têm.” (E4 - José, 50 anos, casado, desempregado, 2 requerimentos)

“Não é só dizer assim o Governo ajuda, agente quer ser ajudados, a gente também tem que ajudar. Não é só dar o dinheiro. A pessoa dá para poder receber. É muito importante.” (E8 - Isabel, 29 anos, separada, empregada de limpeza, 5 requerimentos)

O momento da negociação e assinatura do acordo de inserção apresenta uma significação distinta para os vários entrevistados. Por um lado, é visto como um momento proporcionador de bem-estar ou tido como algo marcante, cuja importância e impacte são bem visíveis no discurso de Isabel e Maria.

“Senti que estava a fazer, por um lado, estava a fazer bem, senti que ia assinar qualquer coisa que me fosse dar mais tarde um bem na vida. Assinei, mas sabendo que ia ter um futuro mais para a frente na minha vida.” (E8 - Isabel, 29 anos, separada, empregada de limpeza, 5 requerimentos)

“Lembro-me como se fosse hoje. Quando eu chego lá e vejo a enfermeira e a coordenadora fiquei um pouco arrepiada quando vi a enfermeira, porque eu era um pouco descuidada para as vacinas, mas quando a enfermeira

explicou-me que as vacinas eram muito importantes para a saúde, eu quando vim para casa pensei que ela tinha razão. A partir daí responsabilizei-me muito e agora os meus filhos têm tudo em dia.” (E11 - Maria, 43 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

Por outro lado, assiste-se a uma desvalorização deste processo, encarado como um momento de obrigatoriedade, com pouca relevância, ou como fonte de nervosismo e embaraço, dada a condição de beneficiário.

“Aquilo era como uma obrigação. Não me senti nem bem, nem mal. Por mim tanto faz porque é assim, eu sei o que é o mundo, só que há pessoas que não sabem! Aquilo até eram passos gastos porque devia fazer-se aquilo e deve fazer-se para pessoas menos compreendidas, pessoas como eu não se deve fazer porque dão mais do que aquilo que está lá escrito. Por exemplo, as vacinas do miúdo, não era preciso ela dizer isso porque a gente já faz sempre. Isto é uma família toda vacinada!” (E4 - José, 50 anos, casado, desempregado, 2 requerimentos)

“Senti-me um pouco nervosa, mas já era costume, sobretudo para uma pessoa que preferia estar a trabalhar, a ter que recorrer a esse serviço. Estava um bocadinho envergonhada.” (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

Verifica-se que os beneficiários avaliam positivamente o seu percurso no sentido do cumprimento das acções acordadas, sobretudo José, o qual refere fazer muito além daquilo que fora acordado.

“Mais do que aquilo, ou seja, eu acredito por mim próprio, eu dou mais do que aquilo que me pedem. Aquilo que o serviço social me pede para fazer eu faço mais. Faço muito mais, muito mais.” (E4 - José, 50 anos, casado, desempregado, 2 requerimentos)

“Estão todas cumpridas. Não me quero fazer mais do que ninguém, porque sou pequenina, não no tamanho, mas na vida, mas quando ela me falou em ter as coisas em dia, eu já sabia que tinha de andar na regra.” (E11 - Maria, 43 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

Em suma, se para os actores sociais, responsáveis políticos e cidadãos em geral a inserção dos beneficiários de RSI é vista como uma necessidade, a materialização de um projecto de inserção social através da contratualização permanece uma noção vaga. (Zoyem, 1999). A própria palavra “inserção” não é facilmente compreendida no seu alcance, na medida em que constitui um conceito incomum na linguagem quotidiana dos entrevistados, embora estes reconheçam a existência de um “contrato”. Deste modo, é visível a “existência de uma ruptura ao nível da linguagem e da sua utilização para a classificação e definição dos indivíduos: a inserção apresenta-se como um processo institucionalizado, implicando por parte da acção social uma linguagem e rituais que são

estranhos aos beneficiários e não têm tradução na forma como se definem e como definem as suas experiências de vida através do discurso” (Diogo, 2007:193).

Por outro lado, é evidente a assimetria existente ao nível da participação do técnico e beneficiário na definição das acções de inserção, sendo que a este cabe um papel redutor e passivo. Contrariamente, os casos de Graça, Isabel e Maria constituem importantes excepções, dado que reconhecem os impactes que as acções acordadas significaram nas suas trajectórias de vida.

3.2.2.3. Impactes do RSI

Da análise das entrevistas, constata-se a existência de diversificados impactes do RSI nos percursos de vida dos indivíduos. Onze dos doze entrevistados referem a existência de fortes impactes ao nível do consumo, nomeadamente no que diz respeito à aquisição de bens alimentares e peças de vestuário, pagamento das despesas domésticas mensais (água, luz, gás) e pagamento de dívidas.

“Veio aliviar a carga... Passámos a ter uma quantia certa todos os meses e tínhamos a possibilidade de pagar as contas normais mensais. Isso já veio aliviar e muito (...) Transmitiu-me segurança, em questões monetárias (...) Tudo melhorou. Os meus filhos passaram a vestir melhor, a alimentação, em primeiro lugar, melhorou muito, os iogurtes, a fruta. Aquilo que havia em pouca quantidade passou a haver em mais quantidade.” (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

“Enquanto recebemos, ajudou para pagar luz, água, alimentação. O que ajudou foi nisso. Em vez de comprarmos menos coisas para a alimentação, comprávamos mais qualquer coisa. A diferença foi nisso (...) Quando recebi esse dinheiro foi para sustentar os meus filhos, para ter uma ajuda para sustentar os meus filhos. Para viver um bocadinho mais folgado, para não ter que contar os cêntimos!” (E9 - Alberto, 50 anos, casado, tratador de gado, 1 requerimento)

Iva e Carmélia destacam os impactes ao nível da saúde, pelo acesso mais facilitado a consultas de especialidade, bem como, pela aquisição de medicação.

“Entrei em menopausa precoce aos 17 anos e depois quando regresssei tive de ir a um ginecologista, teve de ser tudo pago, por isso o dinheiro deu-me mesmo muito jeito (...) Devo muito a ele. Se não tivesse aquele dinheiro podia-me ter atrasado mais as coisas, não era tão bem atendida, porque se fosse através das consultas externas era muito mais complicado.” (E2 - Iva, 30 anos, casada, empregada de limpeza, 1 requerimento)

“Mudou-me tudo! Dava para comprar a minha medicação e ir vivendo o dia-a-dia. A primeira coisa que ia comprar era a minha medicação (...) as minhas consultas, porque é preciso ter dinheiro para ir para Ponta Delgada e vir para cima.” (E12 - Carmélia, 64 anos, viúva, doméstica, 3 requerimentos)

Em seis casos registam-se impactes na identidade pessoal, nomeadamente, ao nível da auto-estima, reforço do sentimento de independência e bem-estar pessoal.

“Mudou bastante! Comecei a ser ainda mais independente daquilo que já era, comecei a dar mais valor ao dinheiro em si porque também já tinha trabalhado. Naquela altura o dinheiro foi muito bem-vindo. Não sei, comecei a dar mais valor às coisas, já não pegava no dinheiro e gastava à toa. Dei muito valor àquele dinheiro.” (E2 - Iva, 30 anos, casada, empregada de limpeza, 1 requerimento)

“Para mim o rendimento foi bom porque pôs-me a trabalhar e aí já comecei a disfarçar melhor. Eu estava sempre aperreada, dava-me era para estar deitada, sempre a chorar (...) O trabalho para mim fez-me ir esquecendo certas coisas (...) Quando eu comecei a trabalhar, eu comecei a sentir-me outra.” (E5 - Lurdes, 51 anos, viúva, auxiliar, 1 requerimento)

“O que mudou muito na minha vida foi quando eu recebi o rendimento. Mudou completamente e a prova está à vista (...) Sinto-me feliz como nunca me senti antes. Comecei a cuidar mais de mim, porque não me cuidava antes (...) Aprendi a pôr muita coisa de lado. Já penso mais em mim, porque antes não me dava uma oportunidade a mim mesma. A psicóloga também me fez ver o lado bom da vida e agarrar-me mais à vida. Antes a minha vida estava a desfazer-se como a manteiga que a gente mete no pão quente. Mas à medida que eu tive ajuda, que começaram a vir à minha casa, que começaram a entender-me, a vida foi tomando outro rumo.” (E11 - Maria, 43 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

Registam-se, ainda, impactes ao nível da dinâmica familiar, designadamente, a superação de problemas de alcoolismo (dois casos) e de violência doméstica (um caso).

“O meu homem não me bater mais, foi um alívio que saiu das minhas costas (...) O meu marido também já não bebe como bebia.” (E7 - Mariana, 39 anos, casada, desempregada, 2 requerimentos)

“Em relação ao meu marido a melhor coisa que me aconteceu é que ele largou a bebida (...) Desde 2005, quando ele foi a uma reunião com a Dr.^a C. e ela soube falar com ele, soube compreendê-lo e ele não bebe. Foi a melhor coisa que me aconteceu. Ele já me arranja o jardim, já pergunta pelas coisas da casa, ele adora a casa! Antes não dava a mínima importância à casa, vinha bêbado, queria era deitar-se, não dava importância à vida. A vida mudou.” (E11 - Maria, 43 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

No caso de Alberto, o afastamento da sua esposa do mercado de trabalho, aliado à condição de beneficiária é encarado de forma positiva. A esposa de Alberto salienta o facto do RSI ter proporcionado o acompanhamento permanente do crescimento e educação dos filhos, sendo este um factor determinante para o sucesso pessoal e escolar destes.

“O rendimento ajudou-me muito a criar as mais moças. Preferia criar os meus filhos em casa, porque foi por isso que eles hoje são o que são. Não digo que as creches são más, até porque trabalhei 3 anos numa creche, mas em casa é

outra coisa. Porque quando eu vou trabalhar, eles já não se alimentam como deve ser, com gente em casa é outra coisa. [esposa do entrevistado]” (E9 - Alberto, 50 anos, casado, tratador de gado, 1 requerimento)

Também nas áreas da educação/formação profissional se registam impactes, pela integração em cursos de formação profissional (um caso), integração em creche (um caso), ensino recorrente (dois casos), integração em cursos de formação pessoal e social (dois casos) e pela integração em formação em exercício (dois casos).

“O rendimento também teve outro aspecto muito positivo, que foi pôr os meus filhos na creche, desde pequenos e estão lá desde essa altura. Isso foi muito importante.” (...) A Dr.^a I. colocou-me num curso de formação, que depois é que me deu o emprego no Royal Garden. (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

“Em 2005 tive uma em que a gente falava da educação dos filhos, a higiene da casa, sobre a nossa higiene com uma enfermeira, como dar uma alimentação saudável. A gente numa formação aprende muito. Agora estou a aprender a bordar, a fazer ponto cruz e tenho vendido muito! Nas formações estamos ali todas juntinhas, uma diz uma coisa, outra diz outra, os nossos problemas ali ficam, ali tudo se encerra. Quando chego a casa, nem me lembro do que tinha levado.” (E11 - Maria, 43 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

Embora sejam reconhecidos os impactes na área da educação/formação profissional, verifica-se que em alguns casos estes são limitados, denotando-se que a integração de três beneficiárias no ensino recorrente e num curso de formação pessoal e social mais não significou do que uma forma de ocupação, não se registando um impacte significativo nas suas trajectórias de vida.

“Estive na escola a aprender umas coisas (...) Tinha lá professoras e enfermeiras, estavam lá a conversar com a gente. Como é que devíamos limpar a casa, essas coisas assim [esposa do entrevistado]” (E3 - Fernando, 51 anos, casado, carpinteiro, 1 requerimento)

“Depois fui para a escola, por conta do rendimento. Estive lá 3 anos (...) Eu já tinha a escola para a minha idade, mas estava lá pelo rendimento. Eu gostava muito. Pelo Natal as professoras convidavam a gente para irmos aos restaurantes. A gente festejava.” (E5 - Lurdes, 51 anos, viúva, auxiliar, 1 requerimento)

“Tirei um curso de costura, mas nunca dei nada, a gente ficava sempre para trás” (E7 - Mariana, 39 anos, casada, desempregada, 2 requerimentos)

Para quatro entrevistadas, o RSI teve importantes impactes ao nível do emprego, traduzindo-se, nos casos de Filipa, Lurdes e Graça, na autonomização da medida. No caso de Maria, o RSI tem proporcionado a aproximação gradual ao mercado de trabalho, mediante a realização de trabalhos manuais para posterior venda, embora não se tenha traduzido, ainda, na autonomização da medida. Para esta entrevistada, o

trabalho constitui uma forma de fazer face à crítica social que os beneficiários desta medida estão sujeitos.

“Para mim o rendimento foi bom porque pôs-me a trabalhar.” (E5 – Lurdes, 51 anos, viúva, auxiliar, 1 requerimento)

“Isso é completamente diferente de estar a receber rendimento mínimo. Eu sei que o que estou a receber é o meu trabalho, é meu. Sinto-me útil e sei que posso contar com aquilo que é apenas meu e isso deixa-me extremamente feliz. Tornei-me uma pessoa mais segura desde que trabalho (...) É uma mais valia ele [o companheiro] estar a trabalhar e ele está muito contente com o trabalho dele (...) O D. agora está um homem e antes eu considerava-o o meu terceiro filho (...) O aspecto mais positivo disso tudo foi ele arranjar trabalho.” (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

“Tenho feito umas pegas e ainda hoje me encomendaram! Gostei também muito do trabalho de escamas de peixe e da proposta da Dr.^a B. em fazermos uma barraquinha. Essa ideia da barraquinha, para a gente que recebe o rendimento, é muito importante porque a gente gosta de mostrar os nossos trabalhos e para mostrar às pessoas que falam mal das pessoas que recebem o rendimento, que também somos alguém na vida, que também gostamos de apresentar aquilo que a gente faz. Porque hoje é uma barraca, mas amanhã passa a ser duas, três e depois já temos mais trabalho.” (E11- Maria, 43 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

Também ao nível habitacional se registam impactes, ao nível da realização de obras de beneficiação da habitação (dois casos) e realojamento (quatro casos).

3.2.2.4. Visão do RSI

Quando questionados sobre a sua opinião face ao RSI, a maioria aponta virtualidades e limites da medida. Como aspectos positivos, referem o facto desta ser uma “ajuda”, ou uma “esmola”, de forma a assegurar as necessidades básicas, como a alimentação. No entanto, apontam criticamente a medida por incentivar ao ócio e afastamento do mercado de trabalho, sobretudo os mais jovens, bem como à má gestão da prestação por alguns beneficiários, pela aquisição de bens supérfluos. Apontam, ainda, para a existência de casos de atribuição indevida da prestação. Estamos, assim, perante uma concepção restrita da medida, entendida como garante de um mínimo de subsistência, não sendo expressivo o entendimento da medida enquanto suporte à inserção.

“Aquilo é um dinheiro que mata a fome a muita gente, desenrasca muita gente. É um dinheiro que faz muita falta pelo menos a 70% da população que o recebe. Dos outros 30%, 15% só está à espera do dinheiro para a bebida, eu falo de Portugal inteiro, desses milhões que estão a receber. Os outros 15% dividimos por duas partes: 7,5% é para dívidas, pessoas que precisam do dinheiro é para as dívidas, porque estão desenrascados para a alimentação e as outras coisas.

Os outros 7,5% são pessoas que recebem indevidamente.” (E4 - José, 50 anos, casado, desempregado, 2 requerimentos)

“O governo fez muito bem por um lado, mas há pessoas que não sabem aproveitar, não sabem agradecer (...) A gente devia agradecer, todos os dias, a Nosso Senhor, ao governo e às pessoas que nos ajudam, porque agora sinto muita falta (...) É muito importante para quem souber dirigir o dinheiro (...) Mas a mocidade nova, com tanto rendimento, podres de bêbados, elas é sapatos sobre sapatos, vestidos sobre vestidos, malas sobre malas. Se o rendimento é dado para os filhos comerem, como é que elas podem fazer aquilo? Não podem! E os velhinhos, com reformas pequeninas, como é o meu caso, a morrer de fome.” (E12 - Carmélia, 64 anos, viúva, doméstica, 3 requerimentos)

Constata-se uma ambivalência de sentimentos associados à condição de assistido, dado a maioria das pessoas apontar a experiência de sentimentos positivos e negativos. Por um lado, o reconhecimento das dificuldades sentidas, justificativas da condição de beneficiário e o garante de um mínimo de subsistência promovem sentimentos de bem-estar, felicidade e protecção.

“Senti-me bem porque precisava.” (E5 - Lurdes, 51 anos, viúva, auxiliar, 1 requerimento)

“Sentia-me protegida (...) Sentia-me feliz.” (E12 - Carmélia, 64 anos, viúva, doméstica, 3 requerimentos)

Por outro lado, o olhar crítico da comunidade, enquanto beneficiários de RSI, acarreta sentimentos de humilhação e mal-estar. Nestes casos, o desempenho de actividade laboral é visto como a única forma de recuperar a dignidade perdida pela condição de assistido.

“Para mim era humilhante. Sempre tentei arranjar um trabalho, um emprego, o que fosse, de modo a deixar de receber rendimento mínimo porque, para mim, era como se estivesse a receber uma esmola. Não encontro outra palavra para descrever melhor, mas para mim era isso.” (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

“Até tinha medo de ir buscar esse dinheiro, para as pessoas e os vizinhos não saberem. Não é que não tivéssemos necessidade mas estas pessoas... Quando uma vizinha dizia “aquele recebe o rendimento”, uma pessoa ficava assim mais estranha (...) Preferia trabalhar do que receber [esposa do entrevistado]” (E9 - Alberto, 50 anos, casado, tratador de gado, 1 requerimento)

Seis dos entrevistados tecem considerações relativamente ao acompanhamento técnico, designadamente o papel da assistente social e influência da mesma no seu percurso de inserção. Assim, Graça refere o acompanhamento sistemático por parte da assistente social, mediante a realização de visitas domiciliárias. Menciona, ainda, a sua

influência positiva na integração do marido no mercado de trabalho, o que determinou a autonomização da medida. A atitude que a assistente social manifestou de compreensão, incentivo, reforço e crença nas potencialidades e capacidades pessoais foi, segundo a entrevistada, determinante para o percurso de sucesso da sua família.

“Ele chamou-nos para nos conhecer e para se apresentar como o novo técnico. Depois, as visitas eram frequentes, ele também nos mandava chamar e era isso (...) Ele [o marido] tentou arranjar emprego a valer. Mas um dos aspectos que o influenciou mais foi a assistente social porque foi muito compreensiva e conseguiu influenciar o D. num aspecto positivo e incentivou-o a procurar emprego, não desprezando as suas capacidades e a essa assistente social eu também lhe devo em parte isso. É muito bom sentir que essa pessoa acredita em nós, que podemos ter uma vida melhor, isso é muito positivo. A pessoa sente-se estimulada por alguém que nem sequer conhece e que acredita nessa pessoa.” (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

A simpatia e disponibilidade da assistente social são também mencionadas por Isabel e Carmélia.

“A Dra. P. é muito boa psicóloga (...) A Dra. A. está ali e são belíssimas pessoas mesmo e são pessoas mesmo simpáticas e gostam de ajudar, vou ser sincera.” (E8 - Isabel, 29 anos, separada, empregada de limpeza, 5 requerimentos)

“A Dr.^a F. foi uma segunda mãe dos meus filhos.” (E12 - Carmélia, 64 anos, viúva, doméstica, 3 requerimentos)

Noutro caso, o casal não avalia positivamente o acompanhamento técnico, dada a postura de controlo assumida, bem como pelo desenvolvimento de uma intervenção burocrática sem um acompanhamento sistemático.

“Andavam sempre em cima (...) Elas chamavam, mas era sempre para entregar documentos. (...) Elas só vieram cá uma vez, que foi quando vieram ver a casa. Foi só este dia. De resto, nunca vieram cá. Só de vez em quando mandavam uma carta para entregar os documentos, o ordenado dele e era isso [esposa do entrevistado] ” (E9 - Alberto, 50 anos, casado, tratador de gado, 1 requerimento)

São, ainda, tecidas críticas à forma como se procede ao cancelamento da prestação, sem um contacto ou aviso prévio, nomeadamente, nos casos de falta a convocatórias. Verónica salienta a importância de uma atitude empática e disponível por parte das assistentes sociais e o estabelecimento de um acompanhamento de proximidade. No entanto, reconhece a existência de alterações positivas a esse nível com a implementação do RMG/RSI.

“Se houver algum problema com algum papel ou alguma coisa não cortem, avisem, porque às vezes eu fico despercebida da cabeça. Alguma coisa, um seja que for, querem logo é cortar! É uma vacina, é uma consulta, é alguma coisa, não se corta, avisem! (...) Se eu não sei arranjar uma casa, arranjar uma criança, eu gostava que me ensinassem, isso é que é importante. Mas agora está melhor, há mais apoios. Está diferente de antigamente (...) O rendimento social, as meninas da assistência, uma conversa com uma e com outra, já aprendemos muita coisa. Antes não faziam isso. O apoio agora é esse. Também entraram muitas pessoas novas para ajudar e tudo. Eu gosto delas. Dizem ‘Verónica não se faz isso, faz-se é assim’. Eu gosto disso assim, avisar as pessoas.” (E10 - Verónica, 28 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

Além da preocupação e interesse genuíno pelo outro, Maria destaca a garra e imaginação das assistentes sociais, o estímulo e reforço constantes das potencialidades e capacidades individuais. Neste caso, é visível a relação de dependência e proximidade com os técnicos, relação esta considerada como elemento chave do RSI, além da prestação económica. A entrevistada destaca, ainda, a importância de uma atitude de exigência para com o beneficiário.

“O que acho muito interessante no rendimento mínimo é que as assistentes sociais se preocupam com os nossos filhos (...) Para mim tem sido uma ajuda formidável (...) As assistentes sociais é como se fossem da família. Gosto delas. São pessoas em quem podemos confiar e é bom haver uma pessoa a quem a gente pode contar a nossa vida e ali fica. Muita ajuda tenho tido... mas a ajuda não vai só no dinheiro (...) Tive o apoio da assistente social, conheci assistentes sociais maravilhosas, nunca me vou esquecer do sorriso delas, da maneira de ser delas (...) O rendimento deve ter orgulho das pessoas que trabalham nele. A vontade com que os assistentes sociais trabalham! Aquela garra, aquela imaginação, sempre a querer ajudar-nos, sempre a querer dar-nos coisas novas, sempre a querer nos arrastar para as formações, isto para mim é maravilhoso. Nunca nos deixem de lado, ajudem-nos sempre. Façam de nós mais mulheres do que nós somos. Puxem pela gente! (...) Se não puxassem por nós, a gente também murchava muito. A flor também não gosta só do sol, ela também gosta de sombra.” (E11 - Maria, 43 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

Assim, para a maioria dos entrevistados, é o carácter regular da prestação que constitui o aspecto fulcral da medida, por permitir às famílias suportar os encargos fixos e indispensáveis, garantindo um padrão mínimo de qualidade de vida, o que acarreta sentimentos de bem-estar, felicidade e protecção. Domina, assim, a significação do RSI enquanto prestação social, segundo uma lógica de complemento social de rendimentos, ou de salário social por trabalho familiar. Os impactes existentes ao nível da identidade, como por exemplo o aumento da auto-estima e dignidade pessoal, da dinâmica familiar, bem como, o desenvolvimento de capacidades pessoais, sociais e profissionais, são também evidentes.

Por outro lado, o papel do RSI enquanto promotor da inserção pelo trabalho tem pouca expressividade, dado que apenas em três casos se verifica uma integração no

mercado de trabalho por via do RSI. Domina, assim, uma concepção mais ampla do conceito de inserção, que não poderá ser estritamente interpretada à luz da integração no mercado de trabalho, mas sim pela melhoria das condições de vida e garantia da dignidade pessoal que a medida proporcionou (Astier, 2007).

Os entrevistados reagem negativamente à crítica social a que, enquanto beneficiários, estão sujeitos, fazendo a distinção entre “bons” e “maus” pobres (Paugam, 1993: 195), auto-avaliando-se como “bons pobres”, segundo uma lógica de merecimento. Criticam a medida por incentivar os mais jovens ao ócio e afastamento do mercado de trabalho, bem como pelos casos de má gestão da prestação. Estamos, pois, perante uma forma simbólica de resistência ao descrédito social que subjaz à condição de assistido.

Constata-se, ainda, a importância atribuída ao acompanhamento social e aos impactes deste na construção de trajectórias de autonomização. É valorizada a implicação e proximidade do assistente social com o beneficiário, num processo de personalização da intervenção social. O discurso dos entrevistados está de acordo com as palavras de Astier, segundo a qual “o trabalho com o outro é um trabalho em que o profissional deve expor-se, correr riscos, mostrar iniciativa e criatividade” (Astier, 2007: 125).

3.2.3. Trajectória após a cessação da prestação

3.2.3.1. A cessação da prestação

Relativamente aos motivos da cessação da prestação, a maioria dos entrevistados consegue identificar a razão pela qual deixou de beneficiar do RSI, exceptuando dois casos. A cessação por rendimentos superiores é a mais frequente (cinco casos), seguida da falta a convocatória (dois casos). Ao momento da cessação da prestação estão associados sentimentos diversos. Por um lado, sentimentos de injustiça, raiva e revolta, pela vivência de maiores dificuldades económicas comparativamente a outros beneficiários, nomeadamente os mais jovens e com rendimentos de trabalho. Tristeza, desgosto, desânimo e vazio, são outros dos sentimentos referidos pelos entrevistados aquando do momento da cessação.

“Quando me tiram já foi menos um dedo ou dois (...) Foi uma grande baixa para a nossa casa (...) Para mim foi injusto, porque tenho cá para mim que há pessoas que ganham mais do que eu e que recebem o rendimento. Eu também merecia.” (E3 - Fernando, 51 anos, casado, carpinteiro, 1 requerimento)

“Vazia, por completo. Foi um vazio que caiu na minha alma. (...) Tiraram-me tudo! Sr.^a Dr.^a, eu não sou um bicho, eu sou humana! Todo o ser humano tem direito à vida.” (E12 - Carmélia, 64 anos, viúva, doméstica, 3 requerimentos)

Por outro lado, registam-se quatro casos em que este momento é vivenciado de forma positiva, constituindo-se como fonte de bem-estar, por estar associado ao início de uma actividade laboral, ou ingresso num curso de formação profissional.

“Eu já me conhecia a mim própria e dizia nada como estar a trabalhar e receber o nosso ordenado. Gosto mesmo de trabalhar para aliviar o stress, para distrair e conhecer novas pessoas, por isso senti-me bem.” (E1 - Filipa, 25 anos, casada, operária fabril, 2 requerimentos)

“Já tinha avisado lá que estava no curso, por isso achava que era altura de... Não foi que me tirassem e eu ficasse sem o chão para andar.” (E2 - Iva, 30 anos, casada, empregada de limpeza, 1 requerimento)

De acordo com a esposa de Alberto, o momento da cessação traduziu-se num momento de alívio, atendendo aos sentimentos negativos associados à condição de beneficiário e à identificação pessoal como trabalhadora e não como assistida.

“Pronto, enquanto durou, foi bom (...) Quando cortaram esse dinheiro, eu fiquei aliviada. Foi um peso que me saiu de cima. Por isso quando eu comecei a trabalhar foi melhor. Pelo menos sabia que o que trabalhava, recebia [esposa do entrevistado]” (E9 - Alberto, 50 anos, casado, tratador de gado, 1 requerimento)

Para Isabel, este momento é vivido de forma ambivalente, na medida em que considera benéfico o início de actividade laboral, embora se sinta “desapoiada”, por considerar o RSI como um importante complemento aos rendimentos de trabalho.

“Senti-me, não é a mesma coisa, senti-me desapoiada, senti-me pronto, um bocado em baixo mas estava a trabalhar (...) Concordei, sabia que tinha sido cancelado porque comecei a trabalhar e tinha que desistir, mas pronto, é ótimo começar a trabalhar mas era uma ajuda que aquele dinheiro dava.” (E8 - Isabel, 29 anos, separada, empregada de limpeza, 5 requerimentos)

Aquando da cessação da prestação, as principais fontes de resiliência referidas pelos beneficiários, são a fé, o trabalho e a força interior.

“Á força que Deus nos deu. Um dia é um dia, dois são dois.” (E3 Fernando, 51 anos, casado, carpinteiro, 1 requerimento)

“Vou ficar feliz porque vou receber aquele dinheiro, aquele ordenado (...) O que dá força é a gente trabalhar no dia a dia e todos os dias a gente chegar ao fim do mês e a gente receber, a gente poder ter para dar aquilo que os nossos filhos precisam.” (E8 - Isabel, 29 anos, separada, empregada de limpeza, 5 requerimentos)

“Temos de deixar as nossas feridas cá dentro e ir para o caminho sempre alegres (...) E é esta força que vem de baixo para cima.” (E11 - Maria, 43 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

Quanto às estratégias de reorganização de vida, o trabalho surge como a principal (sete casos), seguida de uma gestão eficiente e poupança dos recursos económicos.

“Eu fui trabalhando uns sábados, pelo menos para comer. Depois é que ele [marido] foi pedir a uma pessoa, porque precisava. Depois é que foi trabalhar para ganhar aqueles dias.” (E7 - Mariana, 39 anos, casada, desempregada, 2 requerimentos)

“Em vez de ir comprar umas coisinhas, cortava metade (...) A gente poupava nas coisas que comprava.” (E10 - Verónica, 28 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

Em dois casos, a reclamação da decisão foi uma das estratégias adoptadas. O endividamento e a atribuição de apoio económico através da acção social surgem como outras estratégias de mobilização face à cessação da prestação. Apenas duas entrevistadas referem ter contado com o apoio de familiares. O recurso ao banco alimentar verificou-se em dois casos.

“Fui trabalhando e continuando a pagar as minhas coisas, mas depois meti-me na dívida do cartão de um banco particular para fazer face às despesas e para me desenrascar.” (E1 - Filipa, 25 anos, casada, operária fabril, 2 requerimentos)

“Eu fui à presidência do governo pedir uma ajudinha, mas não fui aceite. Fui à Dr.^a I. e ela disse que não podia fazer nada (...) Tive de ir pedir esmola às minhas filhas para comer.” (E12 - Carmélia, 64 anos, viúva, doméstica, 3 requerimentos)

Quando questionados sobre a possibilidade e importância da autonomia dos indivíduos face aos apoios sociais, a maioria (sete casos) não encara essa possibilidade, embora façam referência à existência de “merecedores” e “não merecedores” desses mesmos apoios.

“Há certas pessoas que eu acho importante que se ajude, outras não mereciam, mas pronto, também há quem saiba falar melhor, sabem andar mais com as coisas, mas quem manda, manda.” (E3 - Fernando, 51 anos, casado, carpinteiro, 1 requerimento)

“Não é possível as pessoas viverem sem apoios. Só que há pessoas que não deviam receber porque só se fiam naquilo e não se importam de dizer que estão a receber. Não querem trabalhar e arranjam filhos para terem mais dinheiro.” (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

Reconhecem a importância da autonomia e responsabilização dos indivíduos, nomeadamente pelo trabalho, de forma a contrariar possíveis situações de dependência face aos mecanismos de apoio social existentes.

“Se a pessoa não tem meios de se desenrascar, aquilo é bom mas também não presta ficar dependente daquilo, um dia acaba e... bye bye. A gente sabe que chega ao dia e aquele dinheiro está ali, mas se a pessoa começar a procurar trabalho ou alguma maneira de resolver a vida, a pessoa já diz ‘não, eu sei que tenho aquilo para pagar, eu tenho que me esforçar para aquilo’. O dinheiro fácil nem toda a vida...” (E2 - Iva, 30 anos, casada, empregada de limpeza, 1 requerimento)

“Mas se estivéssemos noutro país, em que houvesse trabalho para todos, também já não precisavam disso, não é? A pessoa antes quer trabalhar e receber o seu dinheiro. Aquilo é como uma esmola (...) Devia era haver trabalho para todos.” (E9 - Alberto, 50 anos, casado, tratador de gado, 1 requerimento)

3.2.3.2. Trajectória escolar

Após a cessação da prestação, apenas Iva continuou o seu percurso escolar, ao nível da formação profissional, tendo completado o 9º ano de escolaridade. Fernando e Alberto mencionam o percurso escolar dos filhos, atribuindo especial relevo à frequência ou conclusão de cursos de formação profissional e ensino superior.

3.2.3.3. Trajectória profissional

É visível a existência de percursos cíclicos de emprego e desemprego em Iva, Fernando, Graça, Marina e Isabel, sendo nestes três últimos casos coincidentes com a (re)entrada na medida. A trajectória profissional é, assim, marcada pela instabilidade laboral e pelo desempenho de profissões pouco diferenciadas.

“Estou numa empresa de limpeza, a Iberlim, a trabalhar no aeroporto, a limpar os aviões (...) Em princípio estou até Agosto, mas estou confiante que depois é para assinar mais um contrato.” (E2 - Iva, 30 anos, casada, empregada de limpeza, 1 requerimento)

“Dou dias para um patrão, outros dias para outro, alguns meios-dias, outros três horas, é o que tem. É pena, se dessem um trabalho é que era porreirinho, mas a minha idade já não dá (...) É difícil, mais a mais para a minha idade. É muito mais difícil eles me pegarem para companhias.” (E3 - Fernando, 51 anos, casado, carpinteiro, 1 requerimento)

No que concerne à condição actual perante o trabalho e vínculo contratual, apenas Filipa e Alberto se encontram efectivos, enquanto Ivone, Graça e Isabel estão a contrato a tempo certo e, aparentemente, Lurdes e Fernando não apresentam qualquer contrato. Quatro dos entrevistados encontram-se indisponíveis para o trabalho: Mariana, Maria e Carmélia por motivos de saúde (Mariana sem comprovação médica) e Verónica por prestação de cuidados a filhos menores. Apenas José se encontra desempregado.

3.2.3.4. Reingresso na medida

Oito entrevistados apresentam percursos de re-entrada na medida. Da análise dos motivos do reingresso, é visível a preponderância de problemas relacionados com o emprego, designadamente, situações de instabilidade laboral e a existência de percursos cíclicos de emprego e desemprego, nos quais o RSI surge como mecanismo de compensação económica face à situação de desemprego. Alterações nos rendimentos por via do falecimento de um familiar, bem como, um acréscimo das despesas com a habitação são outros dos motivos que estão na base da realização de novo requerimento de RSI.

“Porque depois de receber o rendimento, a minha vida voltava ao mesmo. Passávamos dificuldades como nem um nem outro trabalhavam e eu via-me obrigada a fazer de novo o requerimento.” (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

Os sentimentos associados ao reingresso na medida oscilam entre a alegria, obrigatoriedade, inutilidade, dúvida e incerteza.

“Foi um milagre que Nosso Senhor me fez. Quando eu soube que ia receber, quando veio a carta à porta a dizer que tinha sido aprovada foi tão bom.” (E7 - Mariana, 39 anos, casada, desempregada, 2 requerimentos)

“Senti-me um bocadinho assim, um pouco inútil, dizer assim estou a pedir e não consigo trabalhar mas pronto era quando não arranjava trabalho.” (E8 - Isabel, 29 anos, separada, empregada de limpeza, 5 requerimentos)

“Eu pensei ‘vou tentar a minha sorte’. O que está passado está passado, não havia de ser tudo ruim. Se eu fui aceite das primeiras vezes, que foram fases tão custosas, esta ainda era a dobrar. Tentei e recebi.” (E12 - Carmélia, 64 anos, viúva, doméstica, 3 requerimentos)

Em suma, a cessação da prestação é, de um modo geral, vivenciada de forma marcadamente negativa. Face à imperativa necessidade de reorganização de vida, o trabalho, a gestão eficiente e poupança dos recursos económicos surgem como as estratégias mais adoptadas. De referir o caso de Mariana, em que a integração no mercado de trabalho ocorre sempre precedida da cessação do direito à prestação, embora se tenha considerado indisponível para o trabalho enquanto beneficiou da medida. Assim, poderemos estar face a uma situação em que o RSI acaba por afastar a beneficiária do mercado de trabalho.

Após a cessação, predomina um cenário de intermitência entre empregos precários e períodos de desemprego, sem que ocorra uma efectiva melhoria das condições de vida. De facto, oito dos entrevistados apresentam percursos de re-entrada na medida, pelo que, nestes casos, podemos falar de uma interrupção e não de uma verdadeira inserção (Zoyem, 1999). Actualmente, são beneficiários da prestação 5 dos 12 entrevistados.

3.2.3.5. Importância atribuída ao RSI

A maioria dos entrevistados (9 casos) encara o RSI como factor de grande importância no desenvolvimento das suas vidas.

“Continua a ser muito importante mas o rendimento é na última expectativa mesmo que eu não arranje trabalho. Aquilo que eu puder tentar, eu vou tentar. Eu faço os papéis para receber mas durante aquele período, estou sempre a tentar arranjar trabalho. O rendimento é o último recurso mesmo.” (E8 - Isabel, 29 anos, separada, empregada de limpeza, 5 requerimentos)

Apenas em três casos é evidente a conotação atribuída ao RSI como suporte à inserção social, embora José refira a importância da medida como impeditiva da prática de crimes, mantendo, contudo, uma visão do RSI como mínimo de subsistência.

“Não é importante, é importantíssimo! Eu já consegui muita coisa boa, mas ainda tenho uma vida pela frente, ainda tenho os meus filhos a crescer (...) A minha filha está a estudar, eu posso dar os estudos a ela porque tenho aquele dinheirinho! (...) O dinheiro é muito importante, mas é muito importantes haver as assistentes sociais, a coordenadora, as consultas de psicologia que me têm ajudado muito, não há palavras para agradecer! Eu se tiver o dinheiro, mas se não tiver uma amizade com ninguém, não tiver com quem falar, isso também não vale de nada. Agora se eu tiver uma pessoa que venha à minha casa, converse comigo, faça-me entender a vida, faça-me eu saber gerir o dinheiro, isso para mim é importantíssimo.” (E11 - Maria, 43 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

“Eu sou muito calmo, mas quando estou aflito, tenho de me virar de alguma forma, por isso se me falta este dinheiro eu estou desgraçado. É mais um que vai para a cadeia (...) No meu caso, se não é esse dinheiro, eu teria de voltar à vida do crime, como já lá estive uma vez por necessidade, por causa dessas dificuldades (...) É esse dinheiro do rendimento de inserção social que me impede de voltar ao crime, porque se não tiver esse dinheiro é muito provável! Eu não me importo!” (E4 - José, 50 anos, casado, desempregado, 2 requerimentos)

Para três entrevistados, o facto de se encontrarem a desempenhar actividade laboral, o distanciamento temporal da condição de beneficiário e a superação das dificuldades vivenciadas contribuem para a relativização, na actualidade, da importância do RSI.

“Agora, nesta altura, não é importante. Deus permita que nunca venha a ser preciso de novo.” (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

3.2.4. Perspectivas de futuro

A preocupação em assegurar o bem-estar, a educação/escolarização dos filhos, marcam os sonhos/projectos futuros de oito entrevistados. Fazem, também, referência à “saúde” e “bem-estar” como fulcrais no futuro.

“Já me considero satisfeita por ter emprego e proporcionar aos meus filhos uma vida melhor daquela que eles estavam destinados a ter, se eu não tivesse emprego, ou o pai. Se não tivéssemos tomado outro rumo, eles também iam ser muito lesados. Eu quero construir uma vida melhor para eles, melhor do que aquilo que eu tive. Quero que os meus filhos tenham uma vida melhor” (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

O desejo de estabilidade económica, por via da poupança, pagamento de dívidas, reforma ou pela obtenção de riqueza inesperada, é também referenciado por quatro pessoas.

“Neste momento estou a trabalhar e estou a pensar fazer um esforço de poupar, ou melhor, já começamos! Temos um mealheiro e já tem sessenta e tal euros, mas tudo em pretinhos. Um dia mais tarde vamos encher... é um garrafão de 5 litros. Vamos acabar de encher e mais tarde abrir uma conta para cada um para terem um futuro mais tarde.” (E1 - Filipa, 25 anos, casada, operária fabril, 2 requerimentos)

Para Filipa e Graça, a aquisição de casa própria, de equipamento doméstico e sucesso profissional marcam os seus sonhos/projectos futuros.

“Espero ter a casinha melhor mobilada.” (E6 - Graça, 41 anos, união de facto, empregada de limpeza, 3 requerimentos)

Fernando, José e Carmélia não referem quaisquer sonhos ou projectos, dada a visão pessimista que têm em relação do futuro, quer por motivos de idade e saúde, quer por uma vivência imediatista do dia-a-dia.

“Já tenho 64 anos, qual é o futuro que vou ter? É cova para me enterrar.” (E12 - Carmélia, 64 anos, viúva, doméstica, 3 requerimentos)

O futuro é encarado sob duas perspectivas. Por um lado, uma visão resignada (seis casos), em que a ausência de projectos de vida, a idade e estado de saúde são alguns aspectos que parecem comprometer uma visão optimista, mesmo quando se trata de entrevistados novos e sem problemas de saúde de maior gravidade, como é o caso de Mariana.

“Sei lá... velhinha já. Já tenho cabelos brancos. Ai, não chego lá... [daqui a cinco anos]” (E7 - Mariana, 39 anos, casada, desempregada, 2 requerimentos)

Por outro lado, uma visão investida (seis entrevistados), encarando o futuro com optimismo e esperança, conducentes a uma melhoria das suas vidas. Apontam o trabalho, a fé e o acompanhamento das assistentes sociais no âmbito do RSI como factores determinantes no seu futuro.

“Já me achei mais velha, já me senti mais em baixo. Não sei se é pelas ajudas mas... sinto-me cada vez mais nova! Quero levar a vida de outra maneira. A vida miserável que levei fica para trás! (...) Vai continuar a melhorar e tem que melhorar! As coisas melhoram depois de querermos. Se a gente quiser e tiver vontade, nada na vida é impossível.” (E11 - Maria, 43 anos, casada, doméstica, 2 requerimentos)

3.2.5. Análise individual das trajectórias de vida: modos de vida e relação com os Serviços de Acção Social

Da análise individual das trajectórias de vida dos entrevistados (cf. anexo VII) e retomando as perspectivas teóricas de construção de tipologias de pobreza verificamos que o investimento na mobilidade (casos de Filipa, Graça, Isabel, Alberto e Maria) e a restrição (casos de Fernando, José, Lurdes e Carmélia) são os modos de vida que mais caracterizam os entrevistados.

No que diz respeito ao investimento na mobilidade, é evidente a importância atribuída ao RSI ao permitir o acesso a recursos económicos e o desenvolvimento dos

capitais culturais/capital humano (educação e formação, designadamente), de forma a concretizar as aspirações futuras dos entrevistados. É através pelo RSI que conseguem assegurar um mínimo de subsistência, a educação aos filhos, como no caso de Alfredo, ou que a perspectiva de continuação da escolaridade dos filhos é possível, como nos refere Maria. Por outro lado, e face à vivência de períodos de desemprego, o RSI é encarado como uma compensação de indemnização pelo desemprego (Bouchoux *et al*, 2004), esperando-se que a medida promova uma alteração estável das condições de vida, possibilitando uma aproximação ao padrão de vida dominante, designadamente pela reintegração no mercado de trabalho, como ocorreu nas trajectórias de vida de Graça, Filipa e Isabel. Para estes beneficiários, o futuro é, de um modo geral, encarado de forma investida, sobretudo em relação aos filhos.

Relativamente ao modo de vida da restrição, predomina uma certa apatia e resignação face ao presente e ao futuro. Vivem o dia-a-dia de forma imediatista, sem projectos bem delineados, procurando a satisfação das suas necessidades básicas mediante os recursos disponíveis. Reagem negativamente à cessação do RSI, encarando-o como fulcral nas suas vidas, mesmo nos casos em que já não o auferem, relegando-se a uma vivência das dificuldades mitigada pelos esforços diários de superação das mesmas. Identificam os impactes positivos da medida ao nível da educação, consumo, habitação, emprego, embora estes, na sua maioria, não se tenham traduzido numa melhoria estável das suas condições de vida.

Das trajectórias de Mariana e Verónica é possível concluir que a convivialidade é o modo de vida adoptado. Vivem o presente de forma intensa e imediatista, encarando o RSI como imprescindível nas suas vidas, não concebendo as mesmas autonomamente em relação à medida. Verbalizam argumentos que validem a sua condição de beneficiária e que justifiquem o seu afastamento do mercado de trabalho. O futuro é encarado de forma resignada e despreocupada. Para Iva, a transitoriedade é o modo de vida que a caracteriza. O RSI surge aquando do surgimento de problemas de saúde, pelo que acarreta impactes a esse nível, bem como na educação/formação profissional, o que determinou a autonomização da medida.

Quanto ao tipo de relação com a acção social, verifica-se que a fragilidade é a mais frequente, caracterizando os casos de Filipa, Iva, Fernando, Lurdes, Graça, Isabel e Alberto. As dificuldades económicas sentidas, quer em virtude da situação de desemprego, quer pela situação de precariedade laboral, determinam o estabelecimento de uma relação com os serviços, relação esta considerada transitória, dada identificação

dos indivíduos como trabalhadores e não como assistidos. Contudo, esta relação é dotada de um certo pragmatismo, na medida em que aproveitam as mais-valias, nomeadamente económicas, que a relação com os serviços poderá acarretar (fragilidade negociada). Registam-se cinco casos que podem ser considerados de dependência, sendo que nos casos de José e Carmélia é uma experiência de assistência diferida, enquanto para Mariana, Verónica e Maria trata-se de uma experiência de assistência instalada. Nestes casos, o afastamento do mercado de trabalho, justificados pela idade, problemas de saúde ou cuidados a outros, determina a progressiva identificação com o estatuto de assistido. O RSI é valorizado pela sua componente prestação, sendo estes os principais impactes que identificam na medida. A relação com o assistente social é valorizada, pretendendo-se que o acompanhamento ocorra de forma sistemática.

O tempo de permanência na medida constitui outro importante eixo de interpretação analítica. De facto, longos períodos de permanência nos dispositivos de assistência poderão induzir a situações de dependência (Branco, 2009). A esse nível, verifica-se que os casos de maior permanência na medida são os de José (12 anos) e Maria (11 anos), que mantêm uma relação de dependência com os serviços de acção social. Nestes casos, os handicaps existentes ao nível dos recursos e capitais pessoais, que são requeridos para a construção da autonomia, determinam a permanência da condição de assistido.

Neste capítulo efectuou-se a apresentação e análise dos dados empíricos, obtidos mediante a consulta de processos sociais e entrevistas de orientação biográfica. Apresentam-se, de seguida, as principais conclusões deste estudo nas considerações finais.

[CONSIDERAÇÕES FINAIS]

O processo de reconfiguração do Estado-providência, assente na personalização dos seus meios, activação dos seus recursos, segundo o princípio da contrapartida, numa lógica de individuação e responsabilização do sujeito é uma dinâmica relativamente generalizada nos países da Europa. As políticas sociais, denominadas de inserção, passam a oferecer aos indivíduos possibilidades de (re)construção das capacidades de subjectivação, num apelo à auto-realização e inserção social. Estas políticas de activação afastam-se, assim, da distribuição automática e impessoal das prestações sociais.

É neste contexto que surge, em Portugal, o RMG/RSI, procurando assegurar um mínimo de subsistência aos indivíduos em situação de pobreza e, concomitantemente, encorajá-los a desenvolver as acções necessárias para que requeiram a condição de assistido, num percurso de inserção adaptado às suas necessidades e capacidades individuais.

Tendo por objectivo geral compreender, de um ponto de vista longitudinal, o impacto da medida de RSI nas trajetórias de inserção social e autonomização dos beneficiários, desenvolveu-se um estudo com uma abordagem eminentemente intensiva-qualitativa, mediante a realização de 12 entrevistas de orientação biográfica ao antigo titular da prestação. Procurou-se, igualmente, desenvolver uma vertente extensiva-quantitativa neste estudo, mediante a análise dos processos sociais referentes a situações de cessação da prestação de RSI, no ano de 2004.

Da análise dos dados obtidos, é possível identificar três categorias de beneficiários, quanto à sua relação com o mercado de trabalho: os indivíduos integrados em ramos de actividade pouco diferenciados e de baixa remuneração, pelo que, nestes casos, a vivência de uma situação de pobreza se relaciona com o tipo de qualificação e ocupação, com repercussões ao nível salarial (Costa, 2008). Correspondem a um

contingente de *working poors* (Diogo, 2007: 140), na medida em que a fragilidade dos seus capitais e as debilidades do mercado de trabalho condicionam a sua inserção social; por outro lado, os indivíduos não integráveis no mercado de trabalho, designadamente por motivos de saúde, ou por serem pensionistas, colocando em evidência as insuficiências das políticas sociais em assegurar os níveis mínimos de bem-estar e, por último, os indivíduos em idade activa, não integrados no mercado de trabalho, pela vivência de uma situação de desemprego (agravada pela baixa qualificação escolar e profissional), ou, pela não integração da mulher no mercado de trabalho, sendo este um dos traços característicos da sociedade açoriana, fenómeno marcado por uma dimensão cultural muito acentuada.

A experiência de ser assistido é, de um modo geral, vivenciada de forma ambivalente. Por um lado, o reconhecimento das dificuldades sentidas, justificativas da condição de beneficiário, proporcionam sentimentos de bem-estar, felicidade e protecção. Por outro, o olhar crítico da comunidade, enquanto beneficiários de RSI, acarreta sentimentos de humilhação e mal-estar, pelo que o desempenho de actividade laboral é entendida como a única forma de recuperação da dignidade perdida pela condição de assistido. A distinção que efectuam entre “bons” e “maus” pobres (Paugam, 1993:195) e o entendimento de si como “bom” pobre poderá consistir numa forma simbólica de resistência ao descrédito social que subjaz à condição de assistido.

No que diz respeito à significação do RSI, constata-se que este possui duas significações distintas: por um lado, uma conotação como prestação económica (encarado como uma pré-reforma social, complemento social de rendimentos ou salário social por trabalho familiar), por outro lado, aliada à conotação como prestação, o reconhecimento da medida na sua vertente de inserção (considerado um suporte à trajectória de inserção ou subsídio de desemprego de substituição) (Branco, 2001).

Para a maioria dos beneficiários, é o carácter regular da prestação que constitui o aspecto fulcral da medida, pelo que domina a significação do RSI enquanto prestação social, segundo uma lógica de complemento social de rendimentos ou de salário social por trabalho familiar, não sendo expressivo o entendimento da medida enquanto suporte à inserção. Como tal, são evidentes os impactes ao nível do consumo, garantindo às famílias um padrão mínimo de qualidade de vida, o que acarreta sentimentos de bem-estar, felicidade e protecção.

São também significativos os impactes existentes ao nível identitário, designadamente o aumento da auto-estima e dignidade pessoal, o reforço do sentimento

de independência e bem-estar individual, sobretudo no caso das mulheres, que possuem, em muitos casos pela primeira vez, uma fonte de rendimentos não dependente do conjugue. A esse nível, destaca-se a importância atribuída ao acompanhamento social, numa lógica implicação e proximidade entre assistente social e beneficiário.

Registam-se, ainda, efeitos ao nível do desenvolvimento de capacidades pessoais, sociais e profissionais ao permitir, por exemplo, o acesso a cursos de formação pessoal e social, formação profissional ou ensino recorrente que, em alguns casos, foram determinantes na construção de percursos de autonomização, embora noutras situações, mais não tenham significado do que uma forma de ocupação dos beneficiários, não se registando um impacto significativo nas suas trajectórias de vida.

A fraca expressividade que a área do emprego assume, quer ao nível dos impactos da medida, quer ao nível dos acordos de inserção, em detrimento das áreas da saúde, educação e acção social poderá significar uma aposta numa dimensão mais social da inserção, de reforço de competências pessoais e sociais, prévias à integração profissional. Poderá, também, reflectir a tradicional cultura institucional, centrada nos serviços típicos do Estado-providência, e não nas características e necessidades individuais, existindo uma adaptação às ofertas de inserção existentes. Deste modo, a fraca dimensão generativa dos acordos de inserção parece comprometer os percursos de autonomização dos indivíduos.

Ao momento da cessação da prestação estão associados sentimentos marcadamente negativos. No entanto, face à imperativa necessidade de reorganização de vida, a gestão eficiente, a poupança dos recursos económicos e o trabalho surgem como as principais estratégias de mobilização. Embora a cessação por rendimentos superiores seja a mais frequente, questiona-se a eficácia do RSI enquanto promotor da inserção social pelo trabalho dado que, após a cessação, predomina um cenário de intermitência entre emprego e desemprego, sem que ocorra uma melhoria estável das condições de vida dos ex-beneficiários. A precariedade laboral, associada às baixas qualificações escolares e profissionais e às debilidades que actualmente caracterizam o mercado de trabalho condicionam a possibilidade de uma efectiva inserção social. Este poderá constituir factor explicativo dos processos de reentrada na medida, traduzindo as debilidades da inserção, sobretudo no que se refere ao emprego. Neste sentido, considera-se que a compreensão dos processos de interrupção da escolaridade e os seus efeitos na trajectória profissional dos indivíduos constitui uma possível linha de investigação futura.

O RSI apresenta, pois, impactes quanto aos modos de vida e relação com os serviços de acção social. De acordo com os indivíduos que desenvolvem o modo de vida de investimento na mobilidade, o facto desta medida permitir a acumulação de capitais económicos e escolares é determinante na concretização das suas aspirações futuras, que se encontram directamente relacionadas com o bem-estar dos filhos. Almejam alcançar um estatuto mais reconhecido socialmente, sobretudo através do trabalho. Quanto aos indivíduos com o modo de vida de restrição, identificam os impactes positivos da medida relativamente à educação, consumo, habitação, emprego, embora estes nem sempre se tenham constituído numa melhoria estável das suas condições de vida. As pessoas que adoptam este modo de vida, geralmente, cedem às dificuldades sentidas, embora as tentem mitigar mediante o desenvolvimento de estratégias quotidianas de superação das mesmas.

Relativamente à relação estabelecida com os serviços esta é, maioritariamente, de fragilidade, determinada pela experiência de desemprego ou precariedade laboral. Os indivíduos encaram esta relação como uma solução transitória, dada a sua identificação como trabalhadores e não como assistidos.

Embora domine em Portugal uma pobreza integrada e tradicional, os factores de ordem estrutural, relacionados com o tipo de sociedade e o sistema económico nacional, influenciam e afectam as condições de vida da população, atribuindo um novo cariz à questão social. Como tal, considera-se imperativa a necessidade do desenvolvimento de uma política social integral, que combine políticas económicas e sociais, bem como a promoção e reforço dos sistemas de educação e formação profissional.

Considerando a importância da investigação em Serviço Social para o conhecimento da realidade social, futuros estudos deverão aprofundar os factores de permanência no RSI, bem como a influência do *local welfare sistem* nos percursos de inserção dos beneficiários.

[REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS]

- Almeida, João Ferreira de (1993), “Integração e exclusão social: algumas questões”, *Análise Social*, 18, pp.123-124.
- Almeida, João Ferreira de (1995), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Andersen, Gosta Esping (2002), *Why we need a new Welfare State*, Oxford, University Press.
- Astier, Isabelle (2007), *Les nouvelles règles du social*, Paris, PUF.
- Autès, Michel (2005), “Travail social et principes de justice ”, em Jacques Ion (dir.), *Le Travail Social en Débat[s]*, Paris, La Découverte.
- Bardin, Laurence (1991), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Beaud, Jean-Pierre (2003), “A amostragem” em Benoît Gauthier (dir.), *Investigação social: da problemática à colheita de dados*, Loures, Lusociência, pp. 201-232.
- Bertaux, Daniel (2001), *Les récits de vie*, Paris, Nathan.
- Bouchoux, Jacques *et al* (2004), “Revenu minimum d’insertion et transitions : une analyse des inégalités territoriales”, *Revue française des affaires sociales*, 4, pp. 107-132.
- Branco, Francisco (2001), *A Face Lunar dos Direitos Sociais – Virtualidades e Limites do RMG como direito de cidadania em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Serviço Social, PUC, São Paulo.
- Branco, Francisco (2008), “Acção Social, Individuação e Cidadania”, *Cidades – Comunidades e Territórios*, 17, pp. 81-91.
- Branco, Francisco (2009), *Aprofundamento do perfil dos utentes do acolhimento social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, s.l., s.n.
- Brannen, Julia (ed.) (1992), “Combining qualitative and quantitative approaches: an overview” em *Mixing methods: qualitative and quantitative research*, Aldershot, Gower, pp.3-37.
- Capucha, Luís (1998a), “Nós e eles cá dentro: sobre o mito de um Robinson Crusoe ao contrário”, *Debates da Presidência da República – Pobreza e Exclusão: Horizontes de Intervenção*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 13-33.
- Capucha, Luís (1998b), “Pobreza, exclusão social e marginalidades”, em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.) *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 209-240.

- Capucha, Luís (2002), “Introdução”, em DEPP e MTS, *Portugal 1995-2000 – perspectivas da evolução social*, Lisboa, Celta, pp. 1-9.
- Capucha, Luís (coord.) (1998c), *Rendimento Mínimo Garantido: avaliação da fase experimental*, Lisboa, CIES.
- Capucha, Luís *et al* (2002), “Vulnerabilidade à exclusão social”, em DEPP e MTS, *Portugal 1995-2000 – perspectivas da evolução social*, Lisboa, Celta, pp. 181-250.
- Capucha, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta.
- Carmo, Hermano e Manuela Ferreira (2008), *Metodologia da Investigação – Guia para a auto-aprendizagem*, 2ª Edição, Lisboa, Universidade Aberta.
- Castel, Robert (1998), *As metamorfoses da Questão Social – uma crónica do salário*, Petrópolis, Editora Vozes, pp. 495-611.
- Castel, Robert (2005), “Devenir de l’État providence et travail social” em Jacques Ion (dir.), *Le Travail Social en Débat[s]*, Paris, La Découverte, pp. 27-49.
- Costa, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Cadernos Democráticos.
- Costa, Alfredo Bruto da (coord.) (2008), *Um Olhar sobre a Pobreza – vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Gradiva.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta.
- Digneffe, Françoise (1997), “Do individual ao social: a abordagem biográfica” em Luc Albarello *et al* (ed.), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, pp. 203-245.
- Diogo, Fernando (2007), *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Oeiras, Celta.
- Dubar, Claude (1996), “Socialisation et processus” em Serge Paugam (dir.), *L’exclusion l’état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 111-119.
- Faleiros, Vicente de Paula (2002), “La crítica a una política del sujeto”, *Trabajo Social*, 4, Universidade Nacional de Colombia, Bogotá, pp. 62-80.
- Ferrera, Maurizio *et al* (2000), “O futuro do Estado-Providência Europeu”, em *O Futuro da Europa Social*, Oeiras, Celta, pp. 99-109
- Flick, Uwe (2004), *Introducción a la investigación cualitativa*, Madrid, Morata.
- Fortin, Marie-Fabienne (2003), *O processo de investigação: da concepção à realização*, Loures, Lusociência.
- Fraser, Hugh (1993), “La acción voluntaria y los programas contra la pobreza” em Luis Moreno (coord.), *Intercambio Social y Desarrollo del Bienestar*, Espanha, Colección Politeya, pp. 165-195.
- Giddens, Anthony (1997), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, Anthony (2007), *A Europa na Era Global*, Lisboa, Editorial Presença.

- Gros, Marielle Christine (1998), “A política de luta contra a pobreza por programas – um meio eficaz para reequilibrar os interesses sociais divergentes e promover a integração social?”, *Debates da Presidência da República – Pobreza e Exclusão: Horizontes de Intervenção*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 59-77.
- Guerra, Isabel (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*, Estoril, Principia.
- Guerra, Isabel e M^a José Antunes (2009), *Vulnerabilidades e potencialidades da coesão social nos Açores – Análise de 10 anos de percursos de inclusão social (RMG/RSI)*, Lisboa, s.n.
- Houle, Gilles (2003), “A história de vida ou a narrativa da prática” em Benoît Gauthier (dir.), *Investigação social: da problemática à colheita de dados*, Loures, Lusociência, pp. 303-318.
- Ion, Jacques e Bertrand Ravon (2005), “Institutions et dispositifs” em Jacques Ion (dir.), *Le Travail Social en Débat[s]*, Paris, La Découverte.
- Landry, Réjean (2003), “A análise de conteúdo” em Benoît Gauthier (dir.), *Investigação social: da problemática à colheita de dados*, Loures, Lusociência, pp. 345-372.
- Maxwell, Joseph (1997), “Designing a qualitative study” em Leonard Bickman e Debra Rog, *The handbook of applied social research methods*, Newbury Park, Sage, pp.69-97.
- MSST (2002), *Avaliação de Impactes do Rendimento Mínimo Garantido – Os beneficiários RMG, síntese e recomendações*, s.l, s.n.
- Pais, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates*, Porto, Âmbar.
- Paugam Serge (2003), *A Desqualificação Social*, Porto, Porto Editora.
- Paugam, Serge (1993), *La société française et ses pauvres*, Paris, PUF.
- Paugam, Serge (2005), *Les formes élémentaires de la pauvreté*, Paris, PUF.
- Rodrigues, Eduardo Vítor *et al* (1999), “A pobreza e exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal”, *Sociologia*, 9, pp. 63-101.
- Rodrigues, Fernanda (2003) (coord.), *Acção Social na área da exclusão social*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Rodrigues, Fernanda (1996), “Pobreza e Exclusão Social: Configurações e Perspectivas, a Intervenção e Formação dos Profissionais Sociais” em Rudi Hoven e Maria Nunes (orgs.), *Desenvolvimento e Acção Local*, Lisboa, Fim de Século Edições, pp. 11-33.
- Rosanvallon, Pierre (1995), *La nouvelle question sociale*, Paris, Editions du Seuil.
- Sampieri, Roberto Hernández *et al* (2006), *Metodologia de Pesquisa*, 3^a Edição, São Paulo, MacGrawHill.
- Soulet, Marc-Henry (2005), “Une solidarité de responsabilisation ?” em Jacques Ion (dir.), *Le Travail Social en Débat[s]*, Paris, La Découverte.

Sposati, Aldaíza (1998), “Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania.”, *Intervenção Social*, 17/18, pp.197-225.

Xiberras, Martine (1993), *As Teorias da Exclusão: Para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa, Instituto Piaget.

Zoyem, Jean-Paul (1999) “Contrat d’insertion et sortie du RMI: Evaluation des effets d’une politique sociale”, *Economie et Statistique*, 346-47, INSEE.

[LEGISLAÇÃO REFERENCIADA]

Lei 19-A/96 de 29 de Junho.

Lei 13/2003 de 21 de Maio.

[DOCUMENTOS CONSULTADOS]

IAS (2009), Relatório mensal de Janeiro.